

2011

RELATÓRIO ANUAL

Fundação Francisco Manuel dos Santos

www.ffms.pt



Fundação Francisco Manuel dos Santos

Rua Tierno Galvan, Torre 3, 9ºJ

1070-274 Lisboa

Telf: 21 381 84 47

ffms@ffms.pt

Título: *Fundação Francisco Manuel dos Santos – Relatório Anual de 2011*

Revisão de Texto: Carla Barbosa

Design Gráfico: Inês Sena

Fotografias: Alfredo Cunha

Seleção de fotografias: Laura Cunha

© FFMS, Julho 2012

Impressão: Guide Artes Gráficas, Lda.

2011

RELATÓRIO ANUAL

Fundação Francisco Manuel dos Santos

www.ffms.pt

1

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES

P. 8

01. Introdução

P. 9

02. Orgânica e instalações

P. 11

03. Órgãos sociais

P. 11

04. Estatutos

P. 12

05. Utilidade pública

P. 12

06. Carta de Princípios

P. 12

07. Conselho de Curadores

P. 12

08. Conselho Fiscal

2

ANEXOS

P. 60

Anexo 1 Projectos em curso

P. 67

Anexo 2 Documento de reflexão

P. 70

Anexo 3 Organização, cargos e funções

P. 71

Anexo 4 Órgãos sociais

P. 72

Anexo 5 Utilidade pública

P. 73

Anexo 6 Carta de Princípios

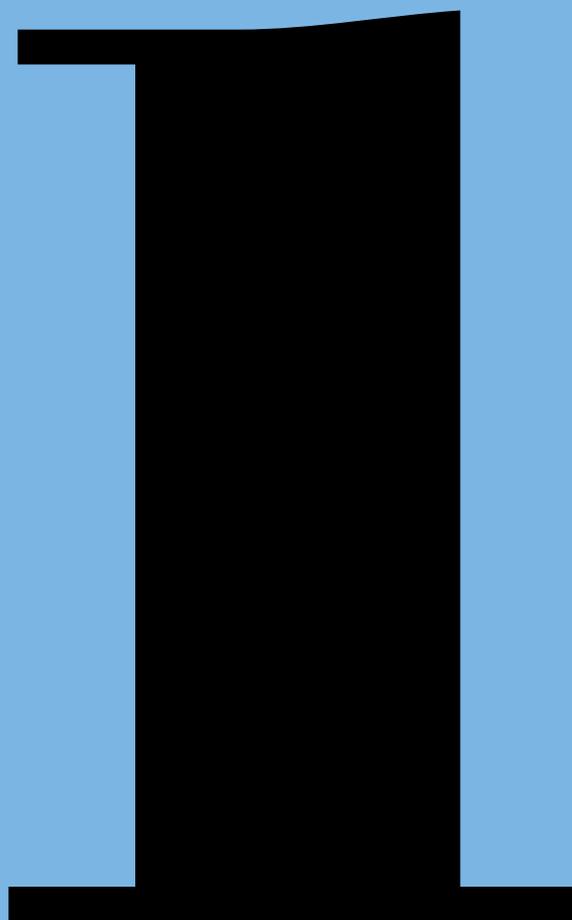
3

RELATÓRIO E CONTAS

- P. 88** Balanço
- P. 89** Demonstração das variações patrimoniais
- P. 90** Demonstração dos fluxos de caixa
- P. 91** Anexo ao balanço e à demonstração das variações patrimoniais
- P. 98** Certificação de contas
- P. 99** Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

- P. 74** Anexo 7 Indicadores da PORDATA
- P. 76** Anexo 8 Acções de formação da PORDATA
- P. 80** Anexo 9 Ensaios da Fundação publicados em 2010 e 2011
- P. 81** Anexo 10 Ensaios da Fundação
- P. 82** Anexo 11 Ensaios da Fundação: Vendas em 2010 e 2011
- P. 83** Anexo 12 Entidades signatárias de protocolos com a FFMS
- P. 84** Anexo 13 Acordos de colaboração
- P. 85** Anexo 14 Distribuição temática e funcional da despesa

- P. 12** 09. Conselho Científico
- P. 13** 10. Projectos permanentes
- P. 24** 11. Programas
- P. 44** 12. Projectos temporários
- P. 49** 13. Estratégia de desenvolvimento de projectos
- P. 55** 14. Estratégia de comunicação e difusão
- P. 56** 15. Protocolos com outras instituições
- P. 57** 16. Relatório financeiro
- P. 57** 17. Colaboração com o Fundador
- P. 57** 18. Perspectivas e programa de actividades



RELATÓRIO DE ACTIVIDADES

Fundação Francisco Manuel dos Santos

01. Introdução

O terceiro ano de vida da Fundação foi caracterizado pela consolidação das actividades iniciadas no ano anterior; pelo alargamento a novas iniciativas; pelas primeiras tentativas de organizar uma difusão muito vasta dos nossos materiais; e pela organização dos primeiros debates públicos, presenciais ou *online*.

Assim, a PORDATA foi desenvolvida. A colecção “Ensaio da Fundação” manteve o seu ritmo de edição. As “Conferências da Educação” conheceram a sua segunda edição. Os primeiros projectos de estudo, lançados ainda em 2010, começaram a dar resultados.

Ao terminar o ano de 2011, a Fundação tinha em curso cerca de quatro dezenas de projectos, tal como se pode ver no *Anexo 1*. Quer isto dizer que os próximos anos serão dedicados à disseminação dos respectivos resultados e à organização dos debates necessários.

A difusão de informação foi talvez a nossa prioridade e assim deve continuar no futuro. Ainda não adquirimos experiência suficiente na organização de discussões públicas, seja em conferências e em reuniões de trabalho, seja através dos meios de comunicação de massas, jornais, televisão, rádio e DVD.

Os projectos permanentes (PORDATA e Ensaio da Fundação) continuaram a merecer atenção e prosseguiram o seu desenvolvimento.

Ao longo dos últimos meses do ano transacto, o Conselho de Administração iniciou uma discussão sobre a missão da Fundação, assim como sobre os seus objectivos e os seus métodos de acção. Esta discussão prosseguiu nos Conselhos de Curadores e Científico. Deste processo, resultou um razoável esclarecimento sobre as matérias em reflexão. No *Anexo 2*, é publicado um documento que sintetiza as conclusões a que se chegou.

As dificuldades políticas, financeiras e económicas que o país atravessou neste último ano, e que parecem permanecer no futuro imediato, não tiveram repercussões imediatas e negativas no trabalho da Fundação. Esta não recebe qualquer apoio do governo ou da Administração Pública, não havendo a registar, por conseguinte, qualquer alteração com origem nas entidades oficiais. Mas a FFMS não pode ficar alheia às dificuldades que a sociedade atravessa. Nesse sentido, alguns dos estudos e dos programas em preparação podem ter em atenção essas mesmas dificuldades, sem todavia condicionar o trabalho a médio e longo prazo. Na verdade, muitas dificuldades podem ser conjunturais e por isso não devem influenciar excessivamente a programação futura da FFMS.

Está entretanto em curso um “recenseamento às fundações públicas e privadas” existentes no país, o que, de certo modo, deve decorrer da necessidade de pôr em ordem o financiamento e os compromissos do sector público. Esta iniciativa terá sido

justificada pela impossibilidade, reconhecida pelo governo, de a Administração Pública conhecer a realidade das fundações em Portugal. A FFMS tem-se mantido, a este propósito, em estreito contacto com o CPF (Centro Português de Fundações) e o seu presidente (Emílio Rui Vilar, presidente da Fundação Gulbenkian), a fim de poder, se útil e necessário, concertar a sua actuação com os seus pares. Está em preparação, para 2012, uma nova lei das fundações, de que já se conhecem algumas versões preliminares e alguns documentos preparatórios. Por isso, a FFMS já emitiu a sua voz crítica relativamente a certas disposições, como por exemplo a equiparação entre fundações privadas e públicas e a intromissão do governo e da Administração Pública em alguns aspectos internos da vida das funções privadas, mesmo das que nada recebem de entidades oficiais nacionais ou europeias.

2. Orgânica e instalações

Mantém-se a ideia de preservar uma estrutura leve e uma equipa de trabalho compacta, recorrendo a empresas externas para muitas das necessidades: contabilidade, contencioso, comunicação, informática, operações públicas, etc. Apesar de a opção se ter revelado positiva, a verdade é que coloca uma pressão muito forte sobre as poucas pessoas permanentes. Foi necessário contratar uma Directora de Operações (*Susana Norton*) e um Director de Informação e Tecnologia (*Santiago Olmedo*, em regime de voluntariado), assim como uma Assistente de Programa (*Susana Casanova*) e um Colaborador especial para a área da Informática (*Rui Pimentel*). Estes quadros vieram assim juntar-se aos que se encontravam ao serviço desde os anos anteriores: *Isabel Vasconcelos* (Directora de Projectos), *Filipa Dias* (Directora de Comunicação), *Isabel Bernardes* (Secretária de Administração), *Maria Carlos Ferreira e Mónica Vieira* (Assistentes de Programas). *Bernardo Gaivão* (Assistente de Programa) continuou a ocupar-se da formação da PORDATA, agora contando com a colaboração de *Miguel Viana*.

A Administração (um Presidente executivo e dois Administradores não executivos) e o Conselho de Curadores mantiveram-se inalterados. No Conselho Científico, um dos seus membros suspendeu as suas funções por ter assumido um cargo de governo (Ministro da Educação, *Nuno Crato*),

Tendo sido substituído por *Carlos Fiolhais*. No final do ano, este criou mais um programa (Ciência) e foi nomeado, pelo Conselho de Administração, membro efectivo do Conselho Científico.

No próximo ano, a estrutura central da FFMS deverá ser reforçada, pois a pressão exercida sobre as poucas pessoas existentes é já muito forte.

A equipa envolvida na PORDATA, sob a direcção de *Maria João Valente Rosa* (que também pertence ao Conselho Científico) manteve o seu vínculo à Fundação em regime de contrato de prestação de serviços. O *Anexo 3* revela a totalidade de pessoas ligadas de modo regular à FFMS.

A Fundação manteve-se nas instalações provisórias, que foram as suas desde o início, junto à holding da família do Fundador. No final do ano, foi entretanto decidido que novas instalações seriam ocupadas desde meados de 2012, sendo então possível trabalhar em melhores condições. É indispensável que, por exemplo, os Conselheiros Científicos possam ter locais de trabalho em qualquer momento que se desloquem à Fundação. Além disso, a PORDATA continuará a ocupar um andar arrendado na Rua Conselheiro Fernando de Sousa.

A organização foi reforçada, sendo que a maior parte dos projectos estão agora agrupados em Programas e cada programa tem ou terá um responsável pela respectiva coordenação, que assumirá cada vez mais responsabilidades executivas. Na medida do possível, os Coordenadores de Programa serão membros do Conselho Científico.

Criaram-se vários órgãos consultivos e de assessoria que muito têm contribuído para a qualidade do nosso trabalho. Assim, já estão em funcionamento os conselhos de consultores para a Educação, a Ciência, o projecto sobre a Justiça económica, o Encontro da Fundação sobre a População (a realizar em Setembro de 2012) e o Anuário XXI – Ter Opinião.

Foi criado um serviço ou um departamento de Publicações que engloba os Ensaios, mas também, de futuro, todas as restantes publicações, estudos, cadernos, monografias e outros. *António Araújo*, membro do Conselho de Curadores e já anteriormente Director dos Ensaios da Fundação, assumiu a responsabilidade global de Director de Publicações.

O Presidente da FFMS foi convidado pela Direcção do Centro Português de Fundações a desempenhar as funções de presidente da Comissão organizadora do Encontro Anual de Fundações Portuguesas a realizar em Abril de 2012.

3. Órgãos sociais

Não se registaram alterações nos corpos sociais da Fundação (*Anexo 4*).

O Conselho de Administração reúne regularmente. Os dois administradores não executivos exercem as suas funções sem remuneração paga pela Fundação, mas com incedível dedicação. O presidente do Conselho de Administração cumpre o grato dever de sublinhar uma vez mais a excelente colaboração prestada, assim como a permanente disponibilidade, mesmo com sacrifício de outras actividades ou interesses pessoais.

4. Estatutos

Os estatutos da Fundação mantêm-se sem alteração.

5. Utilidade pública

Por despacho da Presidência do Conselho de Ministros, de 12 de Março de 2010, publicado no *Diário da República* de 23 de Março de 2010 (2.^a Série), foi reconhecida a utilidade pública da Fundação (*Anexo 5*).

A partir do segundo semestre de 2011, o Governo decidiu elaborar nova legislação sobre as fundações, para o que considerou necessário proceder primeiro a um recenseamento ou a um levantamento das instituições públicas e privadas reconhecidas como fundações, com ou sem utilidade pública. Desde que foi advertida, a FFMS dispôs-se a pronta colaboração, pelo que consultou regularmente a direcção do CPF, Centro Português de Fundações, considerando-se útil concertar atitudes das fundações privadas. A maneira como o Governo pretendia tratar, de igual modo, as fundações públicas e as privadas, suscitou as mais vigorosas reservas. Graças à intervenção do CPF, os aspectos menos positivos da legislação em preparação foram esbatidos. Os resultados deste recenseamento, a confirmação dos reconhecimentos legais e da utilidade pública e a extinção de algumas instituições são esperados para 2012.

6. Carta de princípios

A Carta de Princípios, guia para a acção da Fundação, oportunamente aprovada pelo Conselho de Curadores, manteve-se sem alteração (*Anexo 6*) tendo sido publicada na brochura dos estatutos, na Internet e em todos os relatórios anuais de actividades.

7. Conselho de Curadores

O Conselho de Curadores reuniu três vezes, denotando-se uma útil colaboração. As actas das reuniões e respectivas gravações e transcrições estão disponíveis para consulta no secretariado.

8. Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal realizou duas reuniões e o Conselho de Administração agradece a colaboração pronta, assim como reparos feitos e expeditamente acolhidos. As actas das reuniões estão disponíveis para consulta no secretariado.

9. Conselho Científico

O Conselho Científico reuniu em sessão plenária quatro vezes, estando as actas das reuniões e respectivas gravações e transcrições também disponíveis para consulta no secretariado. Este órgão é cada vez mais útil e necessário ao trabalho do Conselho de Administração. Vários dos seus membros tomam parte em actividades da fundação, coordenam programas, são membros de júris de selecção e avaliam projectos.

O conselheiro Nuno Crato suspendeu as suas funções, a fim de ocupar o cargo de Ministro da Educação e da Ciência, tendo o novo conselheiro Carlos Fiolhais ficado a coordenar os programas de Educação e de Ciência.

10. Projectos permanentes

Portal da Fundação

O primeiro portal da Fundação foi lançado em 2010, ao mesmo tempo que o portal da Pordata. Tratava-se de um improvisado experimental, a fim de criar um primeiro acesso aos interessados. O novo portal (www.ffms.pt) foi lançado em 2011 e inclui já numerosas funcionalidades orientadas para a promoção do debate público. Foi por conseguinte necessário proceder a uma reestruturação do *site*, com revisão estrutural e preparação para as futuras actividades de informação e debate sob todas as formas e funcionalidades oferecidas pela NET.

Pordata

A Pordata, com dois anos de existência, é já uma referência na informação. Ao longo de 2011, foi consolidando a sua posição, tendo aumentado o número de sectores e séries disponíveis. Criou-se uma nova *home page* que dá acesso de uma forma mais clara às diferentes bases de dados e uma página de síntese dos dados, tornando a informação mais próxima, acessível e rápida. Tornaram-se compatíveis as bases de dados existentes, Portugal e Europa, de modo a preparar o *site* para a entrada de novas bases de dados, nomeadamente a dos Municípios. O *Anexo 7* inclui os dados disponíveis relativos aos resultados obtidos em 2011.

Os novos temas e subtemas introduzidos e já disponíveis são: Participação

Eleitoral, Desporto e Banca. No fim de 2011, eram 15 temas, repartidos em 88 subtemas e 1030 quadros.

A Pordata parece ter garantido um êxito interessante entre as aplicações para iPhone (mais de 18.000 subscritores) e para Andróide (mais de 1.100).

Foi igualmente inaugurada a participação da FFMS nas redes sociais: no Facebook, com 7.732 amigos e no Twitter, com 1.520 seguidores.

O *site* da Pordata recebeu 528.477 visitas; o acumulado, desde 2010, atinge os 1.166.800. Fomos visitados a partir de 172 países, com Portugal à cabeça, seguido à distância por: Brasil, Reino Unido, Espanha, Suíça, França e Alemanha.

Com quase 80% do total, a base de dados de Portugal é a mais consultada, estando a base Europa situada ligeiramente acima dos 20%. Em ambas as bases de dados, os temas da População e do Emprego são os mais consultados.

Prosseguiram as acções de formação Pordata. O *Anexo 8* colige os resultados do programa de formação. No total, foram 164 as acções distribuídas por todo o país e pelas regiões autónomas, envolvendo um total de 3.352 formandos. Os totais acumulados de 2010 e 2011 foram de 231 acções e 4.422 formandos.

Após a assinatura de um protocolo com a RBE, Rede de Bibliotecas Escolares, a Fundação iniciou em Outubro de 2010, um programa de formações Pordata nas escolas secundárias do país. Durante dois meses, 106 escolas receberam formação, envolvendo

OS NOSSOS FILHOS
SÃO CRIANÇAS
NÃO NÚMEROS



ENSINO ESPECIAL
SÃO CRIANÇAS
NÃO CONTAM
PORQUÊ???



um total de 536 alunos e professores bibliotecários. Por sua vez, os formandos desta iniciativa replicaram estas formações, ensinando eles próprios mais 1500 alunos. O protocolo completou-se com a elaboração de trabalhos no âmbito de disciplinas curriculares, utilizando a PORDATA como fonte de informação. Participaram quase 2.000 alunos, de 65 escolas diferentes. Os três trabalhos vencedores foram expostos na Escola D. Pedro V, numa cerimónia de entrega de prémios (iPad de última geração).

Ainda como actividade de extensão da Pordata, a FFMS encomendou a um colaborador (*José Júdice*) a escrita de 60 guiões para pequenos filmes sobre as realidades visíveis através da Pordata. Os filmes, sob o título genérico de “Nós Portugueses”, foram produzidos e realizados em parceria com a RTP, Radio e Televisão de Portugal. Ao todo, foram feitos 60 filmes, com duração média de 1 a 2 minutos, agrupados em 12 temas. Os filmes foram exibidos durante os telejornais das 20.00 horas, pela RTP1. A audiência média estimada desses programas foi de cerca de um milhão de telespectadores.

A Pordata foi distinguida com o prémio WSA (World Summit Awards, 2011) como um dos cinco melhores projectos mundiais, na categoria de e-Science & Technology. Os World Summit Awards (WSA) são realizados de dois em dois anos, no quadro das Nações Unidas, para seleccionar e distinguir aplicações de Internet inovadoras que promovam a difusão de conhecimento. Nesta edição de 2011 estiveram envolvidos 160 países. O objectivo desta actividade é o

de apoiar as Instituições que desenvolvam aplicações digitais criativas que, pela qualidade e pelo conteúdo, ajudem a construir um verdadeiro património electrónico educativo, científico e cultural.

A FFMS editou uma pequena brochura intitulada **Retrato de Portugal** que recolhia uma selecção dos indicadores mais procurados e mais reveladores feita a partir da Pordata. A brochura teve uma edição de 211.000 exemplares distribuídos com a revista *Visão*, nas redes de Supermercados, nas Escolas secundárias, nas sessões de formação Pordata, na Assembleia da República e em numerosas acções da FFMS.

A equipa responsável pela Pordata, superiormente dirigida por *Maria João Valente Rosa* (também conselheira científica da FFMS), manteve-se inalterada, com *Ana Luísa Barbosa*, *Joana Martins* e *Rita Rosado*.

As perspectivas para 2012, nomeadamente com a inclusão de novas bases (Municípios, Regiões, Economia, Contas nacionais, etc.) e novas funcionalidades (designadamente cartografia), sugerem a necessidade de um reforço da equipa de investigação e actualização.

Outras Bases de Dados

Na área das bases de dados, a Fundação iniciou em 2011 uma série de projectos com o intuito de transmitir novos factos, de forma simples e acessível, permitindo enriquecer o conhecimento e debate em áreas consideradas pertinentes para a sociedade portuguesa.

Portal “Conhecer a Crise”

É o caso do projecto “Conhecer a crise”, coordenado por *Alice Ramos*. A Fundação entendeu ser importante tentar perceber a evolução do “bem-estar da sociedade” neste período de excepcionais dificuldades que o país atravessa. Bem-estar e dificuldades quantificam-se não só pelas estatísticas oficiais do país, como também pelos dados de solidariedade social ou padrões de consumo. Sabendo que os números são feitos por cada indivíduo da sociedade, a FFMS pretende com este projecto divulgar e sensibilizar para os factos que poderão ajudar a compreender a dimensão das alterações dos comportamentos nos indivíduos, famílias, empresas e Estado. Por exagero ou ocultação, nem sempre a sociedade é devidamente informada com rigor e independência sobre as dificuldades sociais e económicas. A FFMS pretende contribuir por este meio para um clima de informação mais racional e sereno.

Portal do Cidadão: Direitos e Deveres

Com o projecto “Direitos e Deveres dos Cidadãos”, a Fundação propõe-se tornar disponível e acessível a todos, de modo claro e gratuito, um meio informativo fidedigno e organizado sobre os direitos e os deveres que cada indivíduo assume, enquanto cidadão, nas variadas situações típicas, com implicações jurídicas, com que ele se vai confrontando ao longo da vida. Quem consulte este portal deverá obter

informação tanto sobre a questão legal ou constitucional concreta que o preocupa, como sobre o contexto geral em que o seu direito ou responsabilidade, como cidadão, se exercem. Sempre na óptica de uma cidadania informada, activa e responsável. O portal, em elaboração por uma larga equipa sob a supervisão e coordenação de *Nuno Coelho*, evitará ser compreendido como uma fonte de aconselhamento jurídico para casos específicos, ou como gabinete de apoio jurídico, ou ainda como organização de defesa de consumidor.

POP, Portal de Opinião Pública

Produto da colaboração entre a FFMS e o ICS (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa), este portal, dirigido por *Alice Ramos* e *Cícero Pereira* e acompanhado pelo conselheiro *Pedro Magalhães*, destina-se a tornar acessível ao público uma informação muito interessante que resulta dos “barómetros” e inquéritos de atitudes que se fazem na Europa há quase trinta anos. A data de publicação do Portal foi adiada, por ter sido necessário reformular toda a estrutura informática da FFMS, em particular do *Site* www.ffms.pt. O portal estará disponível ao público no decorrer do ano de 2012.

Bibliografias e Cronologias

O objectivo destes projectos é o de facilitar a estudantes, professores dos vários graus de ensino, jornalistas, profissionais

de diversas áreas e interessados não especialistas um enquadramento histórico genérico que permita situar muitos dos dados publicados na PORDATA e nas Bases de dados que a Fundação vem organizando. Os dois projectos, realizados por *Paulo Silveira e Sousa*, poderão ser concluídos até finais de 2012. O primeiro é constituído por onze bibliografias que deverão abranger o período de 1960 a 2011 e com os seguintes temas:

1. História de Portugal, século XX.
2. População e demografia (incluindo migrações).
3. Política Portuguesa (incluindo relações externas).
4. Economia (incluindo empresas, comércio externo).
5. Educação.
6. A questão social.
7. Saúde.
8. Justiça.
9. Cultura.
10. Ciência.
11. O Território, o Estado e a Administração Pública.

O projecto “Bibliografias” terminou em finais de 2011 e estará disponível para consulta gratuita a partir do segundo semestre de 2012.

O projecto “Cronologias” é constituído por cinquenta cronologias anuais, relativas ao período de 1960 à actualidade. Cada uma incluirá cerca de 100 entradas ou rubricas compreendendo as seguintes áreas:

- Política
- Economia
- Sociedade
- Cultura
- Contexto Internacional

Publicações da Fundação

O sector de Publicações foi reorganizado sendo a sua direcção entregue a *António Araújo*, já anteriormente Curador e Director da colecção Ensaios da Fundação. Várias são as “linhas” de edição previstas. Mantém-se os Ensaios; são criadas novas séries, os Cadernos, os Estudos e as “monografias” (designação provisória). Assim se pretende responder a várias necessidades e alcançar diversos públicos. Os princípios de pluralismo, interesse geral, clareza de expressão e rigor são os mesmos, mas os conteúdos podem diferir. Muitos dos estudos encomendados ou patrocinados pela FFMS deverão ter uma via de divulgação organizada pela FFMS. Os Estudos e os Cadernos resultam em grande parte da própria actividade da FFMS. Já quanto às “monografias”, terão uma natureza diferente. Esta colecção pretende publicar textos monográficos que tenham por objecto instituições, situações individuais exemplares, grupos profissionais, organizações, empresas ou regiões, através de um estilo de “grande reportagem” que, começando pela descrição de um elemento concreto ou localizado, recorra a um método indutivo para percorrer, ainda que brevemente, sobre uma realidade mais vasta. Quanto ao ritmo de

publicação, apesar de a regra não estar ainda definida, prevê-se que cinco a seis livros por ano seria um objectivo interessante.

Ensaio da Fundação

Em 2011 foram publicados 14 novos volumes.

A Filosofia em Directo, *Desidério Murcho*
Segurança Social: O futuro hipotecado, *Fernando Ribeiro Mendes*

A Ciência em Portugal, *Carlos Fiolhais*
Economia, Moral e Política, *Vítor Bento*
Discriminação da Terceira Idade,
Sibila Marques

Corrupção, *Luís de Sousa*

Portugal e o Mar, *Tiago Pitta e Cunha*
Sondagens, Eleições e Opinião Pública,
Pedro Magalhães

A Televisão e o Serviço Público, *Eduardo Cintra Torres*

Os Atrasos da Justiça, *Conceição Gomes*

A Morte, *Maria Filomena Mónica*

Ensaio Republicano, *Fernando Catroga*

O Governo da Justiça, *Nuno Garoupa*

Liberdade de Informação, *José Manuel Fernandes*

Esta colecção parece estar a consolidar a sua imagem. Os números de vendas denotam, é certo, um relativo decréscimo ao longo de um ano e meio, mas os valores situam-se ainda a níveis elevados. No panorama dos ensaios em Portugal, trata-se de registos excepcionais. Até ao fim de 2011 e contando todos os volumes colocados no mercado, incluindo os sete primeiros volumes de 2010, foram vendidos 221.124 exemplares.

A colecção tem mantido regularmente títulos entre os mais vendidos dos TOP das livrarias e dos jornais. As vendas nos supermercados revelam um interesse permanente por parte do público.

Os *Anexos 9 e 10* resumem os resultados das tiragens, da difusão e das vendas.

Anuário da Fundação

XXI, *ter opinião*

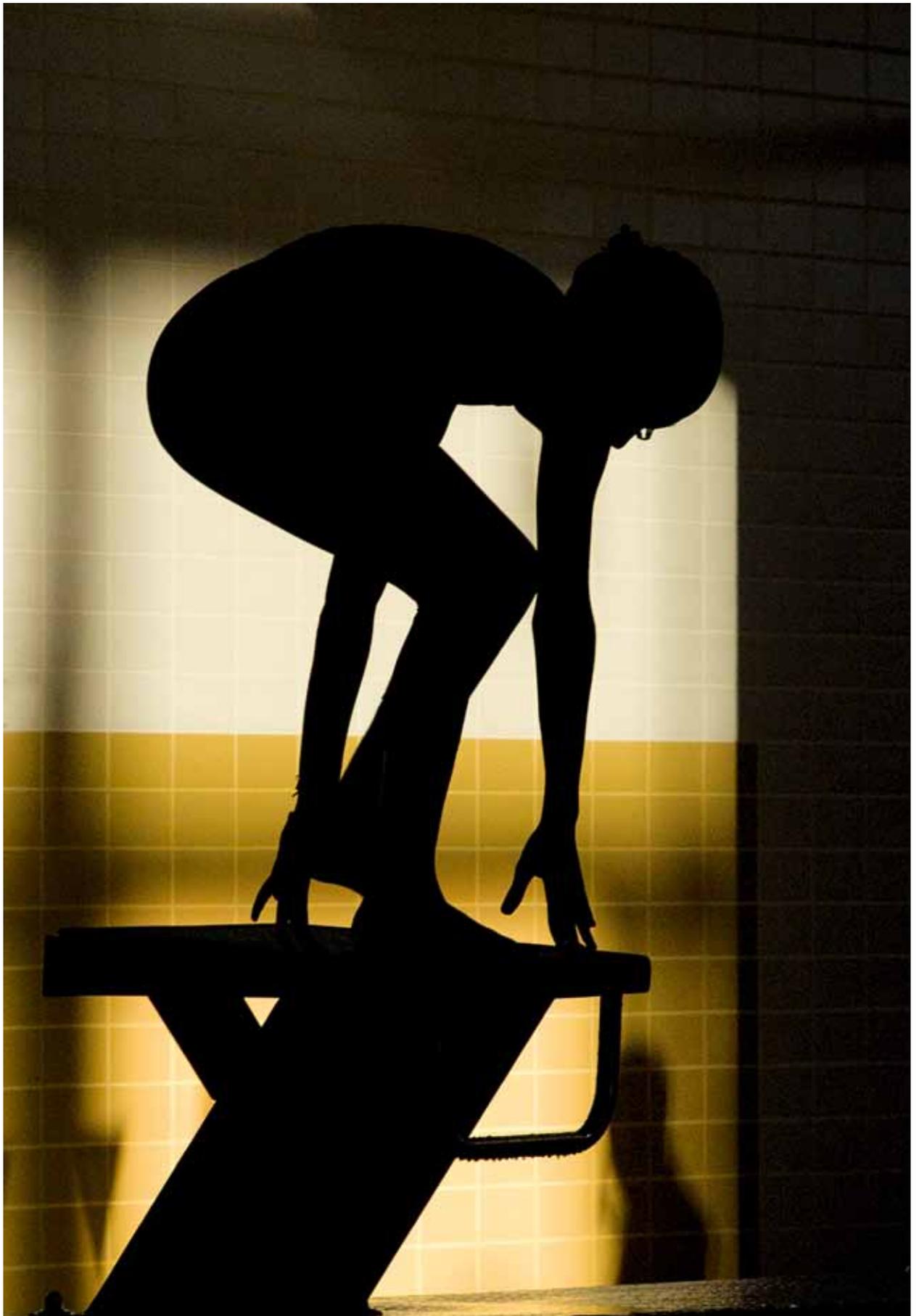
No ano de 2011, foi lançado o primeiro número da revista anual da Fundação – *XXI, ter opinião*. Dirigida por *José Manuel Fernandes*, esta publicação destina-se a examinar grandes áreas e temas da sociedade, procurando distanciar-se dos assuntos urgentes e quotidianos e dar corpo a temas importantes estruturais, de longa duração, numa perspectiva informada, por vezes polémica, sempre com o intuito de convidar ao debate e partilhar opiniões.

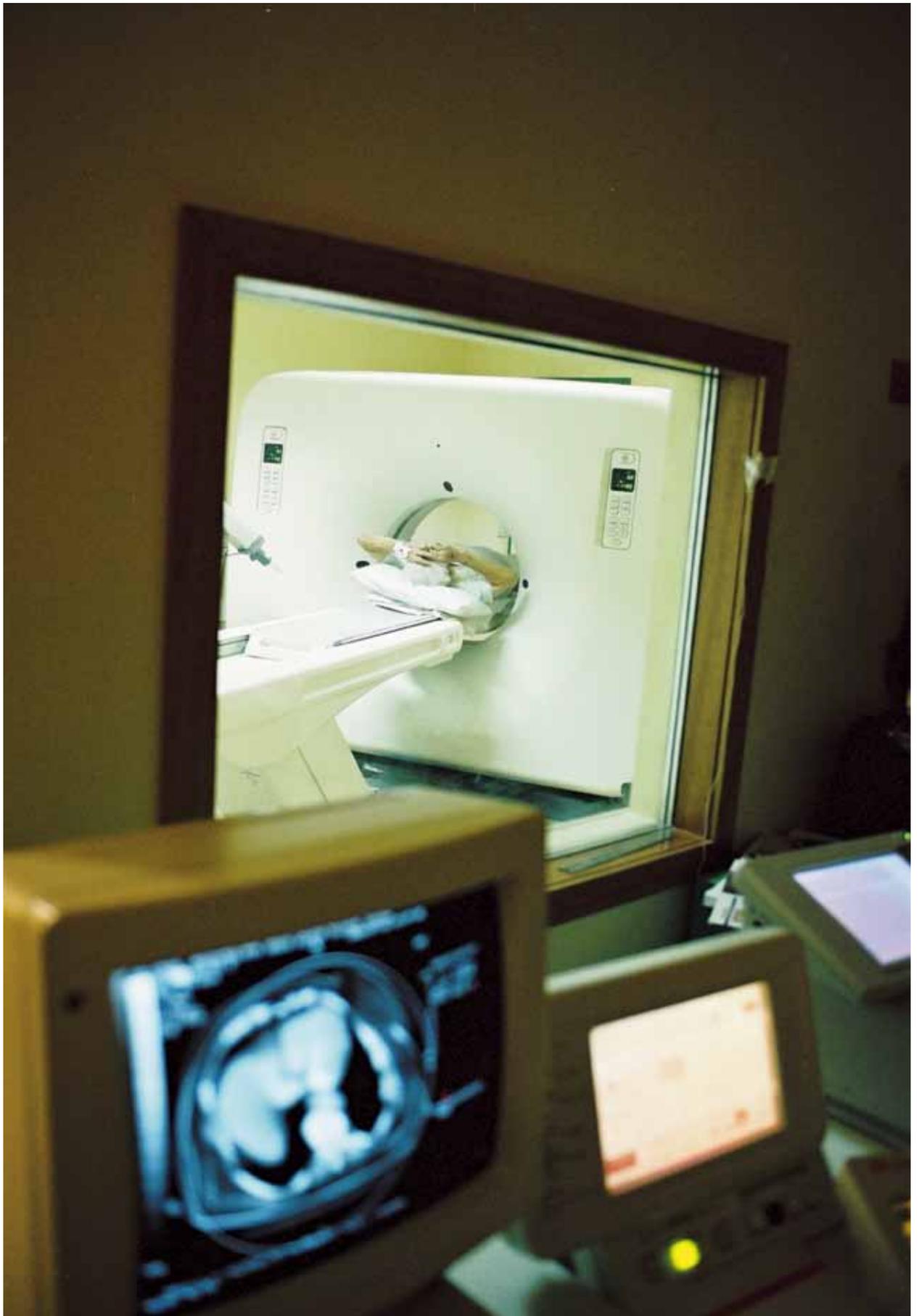
Lançada no dia 29 de Novembro, a *XXI, ter opinião* contou com artigos de jornalistas, estudiosos e analistas que escreveram sobre temas tão variados como a dívida pública, a Banca, a liberdade de escolha na educação, a crise e a criação artística, os círculos uninominais no sistema eleitoral português, a Europa, as crises políticas recentes nos países árabes ou a China. A PORDATA também deu um contributo importante para a revista, através da rubrica *Números*, onde o país foi analisado e comentado numa perspectiva quantitativa.

Tendo sido distribuída nos principais quiosques do país, livrarias e









supermercados, a revista vendeu 9.098 exemplares. O canal que mais representou em termos de vendas foi o canal dos quiosques (cerca de 60%), seguido dos supermercados (cerca de 40%). No que respeita a regiões, a Grande Lisboa foi responsável por 49% das vendas, seguida pelo Grande Porto (15%) e Litoral Norte (13,5%).

A apoiar o seu lançamento, a revista contou com uma campanha de divulgação em imprensa e em locais públicos subordinada ao tema: “As ideias mudam. E nós mudamos por causa delas.”

Com uma página específica no *site* da Fundação, alguns artigos estão disponíveis, assim como várias entrevistas com autores e o projecto audiovisual “Portugueses”. Desde o lançamento da revista até ao final do ano (cerca de um mês), a página do *XXI, ter opinião*, foi vista 4.832 vezes (3.324 visualizações únicas).

Foi designado um Conselho Editorial da revista composto por: *Alexandre Quintanilha, André Azevedo Alves, António José Teixeira, Gonçalo Vieira, Joana Mateus, Jorge Barreto Xavier, Jorge Portugal, José Tavares, Maria João Saraiva, Maria João Valente Rosa, Miguel Monjardino, Paulo Guinote, Pedro Pita Barros e Pedro Santos Guerreiro.*

11. Programas

Os programas consistem em conjuntos temáticos de projectos e actividades, de modo a articular os vários esforços e constituir uma base consistente de trabalho em cada área de interesse público. Todos os programas incluem estudos, investigações, conferências, edições, programas de televisão ou DVD e outras iniciativas. De cada estudo, prevê-se sempre que se tornem conhecidos os resultados, através de relatórios técnicos e científicos, mas também livros e outros meios de grande divulgação e de acesso fácil a um público alargado.

Programa de Saúde

Os dois primeiros projectos aprovados pela FFMS pertencem à área da Saúde: “Custos e preços da Saúde” e “Evolução da Mortalidade Infantil”. A sua execução aproxima-se do fim, mas alguns atrasos provocados designadamente pela dificuldade de acesso aos dados oficiais. Com o desenvolvimento previsível dos estudos nesta área, foi decidido organizar um “Programa de Saúde”, liderado por *José Mendes Ribeiro*, membro do Conselho Científico da FFMS (com *Susana Casanova* como Assistente).

Custos e preços da saúde

Da responsabilidade de uma equipa dirigida por *Carlos Costa* (da Escola Nacional de Saúde Pública da Universidade Nova de Lisboa), este projecto procurou responder à pergunta: “Podem a organização, a gestão e o financiamento das organizações de saúde em Portugal produzir resultados diferentes em termos de eficiência?” O estudo foi finalizado e apresentado ao Ministro da Saúde em Outubro, assim como publicitado através de uma série de reuniões de discussão e análise (“Workshops”) cujos temas foram “Cuidados de saúde primários”, “Hospitais” e “Medicamentos”. Este ciclo de debates será encerrado com uma apresentação com o título “Evolução, eficiência e sustentabilidade da Saúde”. Completar-se-á a divulgação de resultados com a edição do estudo completo.

Evolução da Mortalidade infantil

O estudo sobre a evolução da mortalidade Infantil em Portugal, que revelou uma muito notável melhoria ao longo das últimas décadas, foi levado a cabo por *José Pedro Correia* e *Xavier Barreto*. Está actualmente em preparação uma versão destinada à discussão pública e à grande difusão. Com base em algumas das conclusões e dos factos constantes deste estudo, foi realizado por *Joana Pontes* (com produção de *Patrícia Faria*), um documentário (***Nascido para viver***) já exibido em vários locais públicos e sobretudo no canal de televisão SIC – Notícias.

Outras actividades

No quadro deste programa, outras actividades estão previstas para o biénio 2011/2012, incluindo conferências sobre questões-chave da saúde, edição de pequenos cadernos sobre questões concretas de Saúde pública e lançamento de novos estudos.

Programa Justiça e Direito

O Programa Justiça e Direito, dirigido por *Nuno Garoupa*, membro do Conselho Científico da FFMS (com *Maria Carlos Ferreira* como Assistente), organizou-se durante este ano de 2010, incluindo já várias iniciativas.

Avaliação legislativa:

Uma perspectiva comparada

Este projecto é dirigido e executado por *João Caupers* e *Marta Tavares de Almeida* (da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa) e *Pierre Guibentif* (do ISCTE, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa). Iniciado em Fevereiro de 2011, o projecto deverá terminar em Dezembro de 2012.

Foram efectuadas as primeiras visitas de estudo ao *Reino Unido*, *Holanda* e *Suécia*.

A equipa responsável apresentou relatórios síntese dos princípios fundamentais que norteiam a política legislativa (“legislative policy”) naqueles países. Outros países serão acrescentados. Espera-se, na última fase, que sejam analisadas, de forma sistemática, as diversas componentes da elaboração da lei a nível nacional, centrando a atenção nos desenvolvimentos ocorridos na última década, a nível dos programas de política legislativa aprovados, mas também da prática legislativa.

Avaliação legislativa – Estudo de casos

Projecto dirigido por *Ricardo Gonçalves* (Faculdade de Economia e Gestão da

Universidade Católica Portuguesa) com a colaboração de *Álvaro Nascimento*, *Ana Lourenço*, *Sofia Nogueira da Silva* e *Vasco Rodrigues* (todos da Faculdade de Economia e Gestão da Universidade Católica Portuguesa).

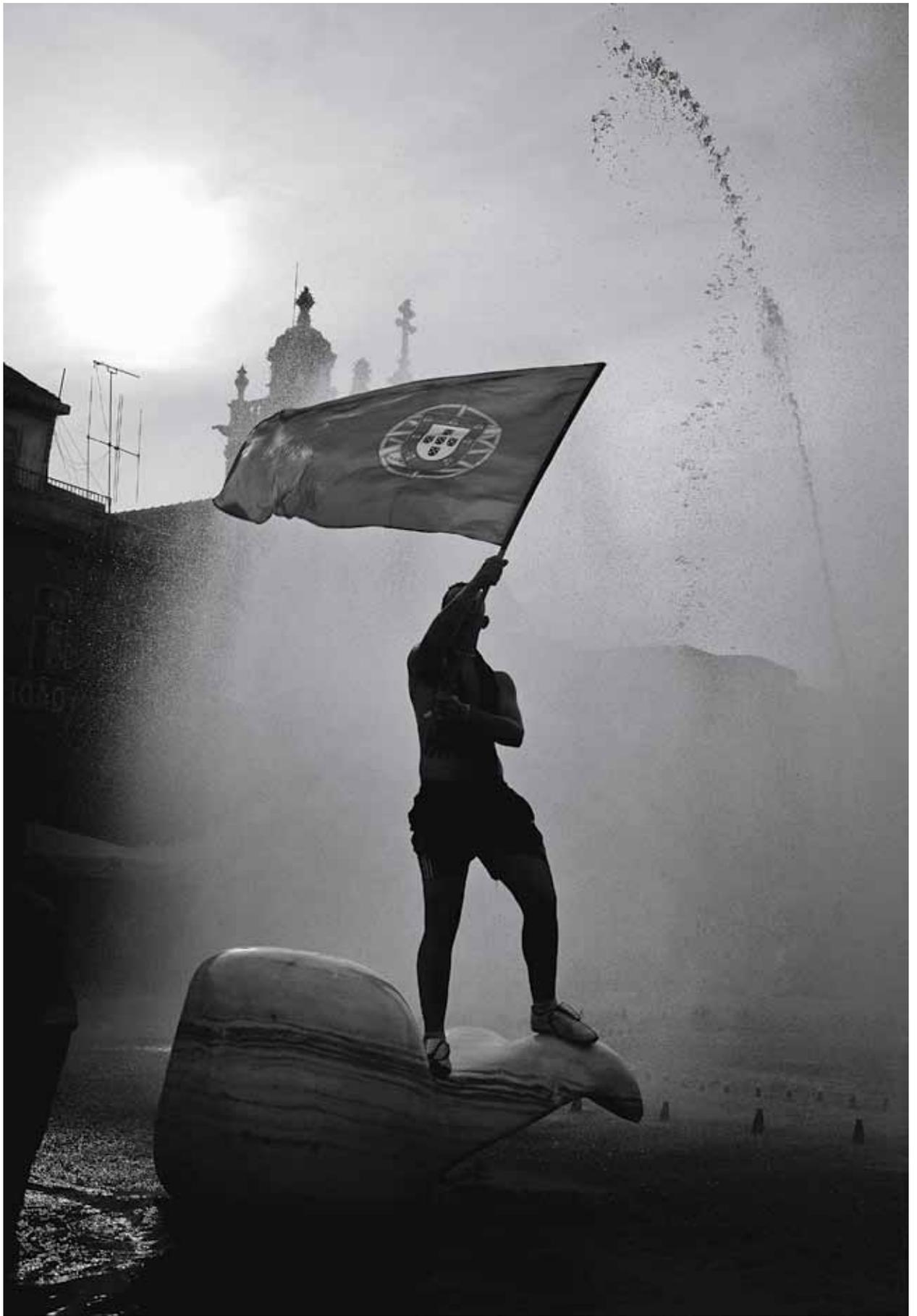
Pretende-se realizar duas avaliações de impacto legislativo de acordo com a metodologia recomendada pela Comissão Europeia. Para o efeito, foram identificadas duas leis cujo impacto é avaliado: a lei n.º 37/2003 de 22 de Agosto, ou “Lei do financiamento do ensino superior” e a lei n.º 30/2000 de 29 de Novembro, dita “Lei da Droga”. Já estão concluídas as duas fases do projecto: as duas avaliações de impacto legislativo de acordo com a metodologia recomendada pela Comissão Europeia, Lei das propinas e da Droga. Os relatórios foram a debate (*workshop*) num painel de pessoas especialistas das áreas da educação e da luta contra a toxicodependência. O projecto será terminado em 2012, depois de divulgadas as conclusões a um público mais vasto.

A Justiça económica

Preparado durante o último semestre de 2010, este projecto iniciou-se em Março de 2011. Tem a sua génese numa proposta feita pela direcção da ACL (Associação Comercial de Lisboa). *Jorge Carvalho*, da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, é o responsável executivo do projecto. Foi criado um conselho composto por *Nuno Garoupa*, *Mariana Gouveia* (da Universidade

CASA DA JUSTIÇA





Nova de Lisboa) e *Pedro Magalhães* (do Conselho Científico da FFMS). Foi activada a “comissão de acompanhamento” composta por representantes da FFMS e da ACL.

Os objectivos prioritários deste projecto são: compreender os problemas da justiça económica portuguesa; avaliar as possíveis soluções; estudar os custos e os benefícios das alternativas existentes; desenvolver um exercício de *best practices* tomando como exemplo experiências europeias de sucesso, como a holandesa ou a escandinava ou mesmo a inglesa (sem esquecer as recentes reformas em Itália, tendo em conta a nossa matriz processual civil); promover um conjunto de reformas coerentes e estruturantes.

O primeiro relatório do estudo, já entregue, abordou as questões do sistema processual, incluindo princípios gerais, acção declarativa e acção executiva; os problemas de organização, incluindo a organização dos tribunais judiciais, o acesso e a carreira dos magistrados e o modelo de acção executiva; a questão das entidades reguladoras; e o problema dos meios de resolução alternativa de litígios.

O objectivo da segunda fase – o estudo das soluções propostas pelos sistemas de direito inglês, alemão e italiano, para os problemas identificados – foi alcançado. Está a decorrer a elaboração do texto do inquérito a aplicar às empresas, com vista a determinar o seu grau de satisfação com a justiça e o custo empresarial associado, pelo Instituto Nacional de Estatística. Estão em curso as entrevistas às empresas, paralelamente à recolha de dados qualitativos

nos tribunais portugueses através da consulta individual e exaustiva de processos. Estes dados deverão estar tratados numa análise econométrica e sociológica até ao final de Junho. O relatório final deverá estar concluído até final de 2012.

Debate sobre a Revisão constitucional

Partindo do princípio que, na legislatura de 2010 a 2014, se realizaria uma revisão da Constituição, decidiu-se concretizar uma actividade inédita na FFMS: a elaboração de um *e-book* dedicado a esse tema. O conselho editorial foi composto por quatro membros do Conselho Científico da FFMS: *Nuno Garoupa* (que coordenou), *José Tavares*, *Miguel Maduro* e *Pedro Magalhães*. O *e-book* está disponível nas páginas da Internet desde o primeiro semestre de 2011.

Mais tarde, a fim de renovar e desenvolver o debate constitucional, foi decidido solicitar um novo contributo. Sob a coordenação de *Miguel Maduro*, do Conselho Científico da FFMS, foi criado um pequeno grupo que já entregou um projecto consistente de revisão (diferente, na forma e na natureza, das propostas constantes do *e-book*). O grupo foi formado por: *Gonçalo Coelho*, *Guilherme Vasconcelos Vilaça*, *Jorge Fernandes* e *Tiago Fidalgo de Freitas*, do Instituto Universitário Europeu (de Florença) e *Pedro Caro de Sousa*, da Universidade de Oxford.

A seu tempo e de acordo com o calendário político nacional, estes projectos serão editados pela FFMS.

O segredo de Justiça

Eis um pequeno projecto cujo formato e objectivo a FFMS desejava desenvolver: um estudo que faça o ponto de situação de um problema ou um assunto de interesse evidente, a fim de permitir uma primeira discussão fundamentada em *workshop* ou pequeno seminário fechado, dando ou não origem a um trabalho ulterior mais profundo. O “Segredo de Justiça” em Portugal e noutros países europeus foi o primeiro tema escolhido e ficou a cargo de um professor de Direito da Universidade Complutense de Madrid, *Fernando Gascón*. Os resultados foram apresentados no decurso de 2011 e a versão final será publicada em 2012.

A congestão judiciária

De igual modo, foi decidido proceder a um breve estudo do fenómeno de “Congestão judiciária” na Europa. Trata-se de obter o maior número de dados possível sobre uma dúzia de países, a fim de se elaborar um quadro deste fenómeno, que traduz, de certo modo, a eficiência dos tribunais e da organização judiciária. O trabalho foi confiado a *Sofia Pires de Lima*, sob a orientação científica de *Nuno Garoupa*. O estudo deve estar terminado em 2012, dando origem a um seminário, ou *workshop*, durante o qual, além de discutir as causas da situação actual, se reflectirá na eventualidade de aprofundar o estudo relativamente a Portugal e se procurará elaborar recomendações e sugestões de melhoramento.

Questões-chave sobre a Justiça

Com estes projectos pretende-se estimular a discussão pública sobre problemas específicos da justiça portuguesa, incluindo, sempre que possível, uma análise comparada. Deverão tomar-se iniciativas, como a preparação de breves estudos, a discussão em *workshops* com especialistas e a realização de conferências alargadas. Em 2011, foram adjudicados vários estudos.

“Ministério Público nos países da Europa”: estudo sobre os temas da organização do Ministério Público em alguns países europeus (Espanha, Itália, França, Alemanha, Holanda, Reino Unido e os países escandinavos), as relações entre o Ministério Público e o Procurador-Geral com o poder executivo e o poder judicial, e a carreira de procurador na Europa. O autor seleccionado foi *José Martin Pastor*, da Universidade de Valência.

“A formação, selecção, promoção e avaliação dos juizes em alguns países da Europa: Espanha, Itália, França, Alemanha e Reino Unido, com breves referências ao caso holandês e escandinavo.” O autor é *Carlos Gómez Ligerre*, da Universitat Pompeu Fabra, de Barcelona.

O Portal Dos Direitos e Deveres

Este projecto, a cargo de *Nuno Coelho* (que coordena uma vasta equipa de juristas, professores, magistrados e advogados), visa a criação de um portal de Internet que tem por objecto os direitos e os deveres do

cidadão. Pretende-se, com este projecto, disponibilizar à sociedade portuguesa um meio informativo fidedigno, acessível, organizado e prático sobre os direitos e os deveres que cada indivíduo assume, enquanto cidadão, nas variadas e múltiplas situações típicas da sua vida.

Trata-se de criar um guia prático dos direitos e deveres relativos à cidadania. Quem consulte este portal deve sair dele informado tanto sobre a resposta a dar à questão legal concreta que o preocupa, como sobre o contexto geral em que o seu direito ou responsabilidade, como cidadão, se exerce. Sempre na óptica de uma cidadania informada, activa e responsável. O portal deverá abrir no decurso do ano de 2012 e será objecto de actualizações regulares.

Programa de Educação

Em 2011, o Programa da Educação foi dirigido por *Nuno Crato* até Junho e, a partir daí, por *Carlos Fiolhais*, mantendo-se a assistente *Mónica Vieira*. Apesar desta mudança, procurou dar-se continuidade aos objectivos do ano anterior e às actividades iniciadas com vista ao seu integral cumprimento. Os grandes objectivos foram: fomentar o debate informado dos problemas educativos em Portugal; estimular a vinda de especialistas internacionais capazes de confrontar a realidade portuguesa com a de outros países; contribuir para a difusão de estudos internacionais recentes e com fundamentação científica; promover o desenvolvimento de estudos de base documental, experimental, estatística e empírica, sobre a realidade educativa portuguesa.

Conferências do Outono

Questões-chave da Educação

O objectivo deste ciclo de conferências foi propiciar o debate de assuntos de interesse geral para a comunidade educativa, especialmente professores, futuros professores e estudantes da área da educação, bem como especialistas, pais e outros interessados no tema. Foram debatidos os seguintes temas: “Em causa: aprender a aprender”, com a participação de *Lynne Reder*, *Paula Carneiro* e *Pedro Albuquerque*; “O valor do ensino experimental”, com *David Klahr* e *Margarida Afonso*; e “Aprender uma segunda língua”, com *Carmen Muñoz*, *Luísa Araújo* e *Carlos Ceia*.



56 m _____ mm

74 dm _____ m

35 cm _____ m

4 mm _____ cm







Dando continuidade ao modelo do ano anterior e procurando promover o debate em vários pontos do país, foram tratados estes temas num total de seis realizações: em Aveiro, Braga, Faro e Lisboa.

A divulgação do ciclo de conferências foi feita essencialmente através da página *online* da Fundação e contou com a participação da Porto Editora através de várias comunicações aos professores e outros interessados em educação. Foram distribuídos 1.500 cartazes e programas em escolas básicas e secundárias, a 42 Instituições de Ensino Superior com cursos na área da Educação e aos participantes de um encontro científico sobre educação na Universidade do Minho. Assistiu-se a uma especialização da comunicação, tendo sido enviados *e-mails* e *newsletters* de natureza global e outros mais específicos em função do perfil do utilizador.

Este ciclo de conferências foi transmitido através do *site* da Fundação. Foi, em particular, muito positiva a introdução da possibilidade de fazer comentários e colocar questões aos oradores (respondidas em directo ou, caso impossível, por escrito). Cada conferência teve um livro associado, distribuído gratuitamente aos participantes, composto por textos, em princípio, originais. Nestas publicações, foram também apresentados resultados de dois estudos executados a pedido da FFMS: um estudo exploratório sobre a situação actual do ensino da língua estrangeira em Portugal e outro dando conta de resultados finais sobre o nível de exigência conceptual no ensino das ciências.

Foram distribuídos 1934 livros nas conferências e actualmente encontram-se à venda em livrarias e na página *online* *Wook*, sendo a sua distribuição assegurada pela Porto Editora. A venda dos volumes da colecção até ao final de 2011 é apresentada no próximo quadro.

Introduziu-se a avaliação das conferências pelos participantes, o que permitiu perceber que no global, o grau de satisfação é elevado (entre o Bom e Muito Bom) e que os participantes antevêm algum impacto da conferência no seu quotidiano. Os grandes objectivos foram atingidos, a adesão correspondeu ao esperado, tendo-se praticamente esgotado as inscrições, sobretudo em Lisboa. Consolidou-se a presença do programa junto da comunidade docente e enriqueceu-se a base de dados de endereços de professores e outros profissionais que desejam receber informação da Fundação. As conferências tiveram 1670 inscrições únicas, depois de eliminadas as repetições.

Estudos de Educação

Em 2011, foram apresentados o estudo “A Exigência Conceptual nas Ciências no Ensino Básico”, coordenado por *Margarida Afonso*, e o pequeno estudo sobre o ensino da segunda língua em Portugal, por *Carlos Ceia*.

O primeiro estudo abordou a caracterização do nível de exigência conceptual no ensino das Ciências no Ensino Básico, isto é, o grau de exigência cognitiva apresentado nos vários componentes que influenciam o

ensino e aprendizagem de conteúdos científicos. As autoras analisaram os documentos curriculares nacionais, o programa das disciplinas em que se lecciona ciências, os manuais e os testes de avaliação passados pelos professores a partir dos quais inferiram os níveis de exigência da sala de aula. Investigaram o grau de exigência presente em cada um destes elementos e a coerência entre eles.

Além das apresentações na conferência, teve lugar uma reunião de especialistas, à porta fechada, na Universidade do Minho, na qual se analisou o estudo e se fizeram propostas de futuras investigações. O relatório final foi entregue e será objecto de publicação em moldes a definir, no âmbito do programa de publicações da FFMS.

Título	Oradores	Local	Participantes
Em causa: aprender a aprender	Lynne Reder, Paula Carneiro, Pedro Albuquerque	Auditório da Reitoria, Universidade de Aveiro	180
		Auditório da Torre do Tombo, Lisboa	350
		Transmissão <i>online</i> <i>site</i> FFMS	2797
O valor do ensino experimental	David Klahr, Margarida Afonso	Auditório da Universidade do Minho, Braga	131
		Auditório da Torre do Tombo, Lisboa	332
		Transmissão <i>online</i> <i>site</i> FFMS	153
Aprender uma segunda língua	Carmen Muñoz, Luísa Araújo,	Grande Auditório da U. Algarve, Faro	263
		Carlos Ceia	Auditório da Torre do Tombo, Lisboa
		Transmissão <i>online</i> <i>site</i> FFMS	260

	2010	2011	Total
O valor de educar, o valor de instruir	1808	258	2066
Fazer contas ajuda a pensar?	1411	3	1414
Como se aprender a ler?	855	415	1270
Em causa: aprender a aprender	-	836	836
O valor do ensino experimental	-	963	963
Aprender uma segunda língua	-	811	811

Posteriormente à conferência, este estudo foi apresentado na Escola Superior de Educação de Castelo Branco, a pedido da instituição. Registe-se a muito boa recepção local, estando presentes representantes do poder local, professores e directores de escolas e centros de formação e, finalmente, muitos estudantes de licenciaturas e mestrado em educação.

O segundo estudo teve uma natureza exploratória. Foi feita uma síntese sobre as políticas públicas do ensino da língua estrangeira em Portugal. Um resumo deste estudo foi publicado no livro com o mesmo título da conferência.

Iniciou-se em 2011 um estudo com o título “Ensino da leitura no 1.º Ciclo do Ensino Básico: Crenças, conhecimentos e formação dos professores”, coordenado por *João Lopes*, da Universidade do Minho.

Estão em curso os seguintes estudos: “Novas Escolas” (*Alexandre Homem Cristo*) e “A sala de aula” (*Maria Filomena Mónica*).

Será ainda lançado um convite a algumas instituições do Ensino Superior para

apresentação de propostas sobre outros temas de interesse para a FFMS: análise da organização dos exames, um estudo comparativo entre Portugal e outros países do mundo; e a utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) na sala de aula.

Conselho para a Educação

Foi formalmente constituído o Conselho para a Educação, sendo os seus membros *Ana Maria Morais* (Universidade de Lisboa), *Carlos Grosso* (Escola Superior e Educação João de Deus), *Graça Ventura* (professora do Ensino Secundário), *José Morais* (Universidade Livre de Bruxelas), *Maria Helena Damião* (Universidade de Coimbra), *Paulo Guinote* (professor do Ensino Básico) e *Pedro Carneiro* (Universidade de Londres). A primeira reunião realizou-se em Novembro.

Programa de Ciência

O Programa de Ciência é dirigido por *Carlos Fiolhais*, membro do Conselho Científico da FFMS, com a colaboração de *Mónica Vieira* como assistente. A finalidade deste programa consiste em conhecer melhor o esforço realizado nos últimos anos em Portugal na área da ciência e da tecnologia, as suas prioridades, os seus efeitos nas universidades e escolas politécnicas, o seu retorno económico e social, o seu efeito nas empresas e o seu impacto na sociedade em geral. Só assim se poderá saber o esforço que falta realizar e a melhor forma de o empreender.

Esse Programa pretende estudar as políticas de ciência e tecnologia em Portugal nos últimos 30 anos (1980-2010), efectuando uma análise e diagnóstico da actual situação na área e tentando um ensaio de prospectiva: contempla a descrição da evolução nesse período e a descrição do estado actual, incluindo a indicação dos principais pontos fortes e fracos (por exemplo, a identificação das áreas e núcleos de excelência, assim como das áreas e dos núcleos mais débeis), com vista não só a alargar o conhecimento por parte da opinião pública em geral, mas também a fornecer uma base empírica e comparativa à escala internacional, tão exacta quanto possível, que permita a formulação das melhores políticas públicas e privadas na área em causa.

Serão considerados temas essenciais do sistema científico e tecnológico: a investigação científica (organização, funcionamento

e produtividade); a relação entre Ciência e Ensino Superior; a Ciência nas suas relações com a Economia e a Tecnologia; a Cultura científica.

Será criado um Conselho para a Ciência, composto por doze cientistas de reconhecida idoneidade, com percursos profissionais feitos em Portugal e no estrangeiro, de várias áreas disciplinares e diversas instituições científicas. O Conselho ajudará a elaborar o Programa de Ciência e acompanhará os respectivos projectos.

Programa População e Demografia

Este programa debruça-se sobre o movimento da população e a evolução demográfica nas perspectivas social, económica e geográfica. Portugal vive tempos de aceleração das transformações demográficas e faz-se sentir a falta de estudos sobre as determinantes do processo demográfico. Nas últimas décadas, a natalidade, a mortalidade infantil, a fecundidade, a esperança de vida, a emigração e a imigração conheceram mudanças muito significativas e cada vez mais rápidas, mas ainda insuficientemente estudadas.

Ao abrigo do protocolo de cooperação estabelecido entre a FFMS e o Instituto de Envelhecimento da Universidade de Lisboa, estão em execução dois estudos: “Processos de envelhecimento: implicações sociais” e “As dinâmicas e o envelhecimento: diagnóstico e projecções”. Ambos iniciaram os seus trabalhos em 2010, mas a sua execução foi retardada, seja por dificuldade de acesso a certos dados estatísticos, seja pela necessidade de ajustar a duração do estudo ao calendário de realização e publicação do Censo de 2011. Foram tomadas precauções a fim de garantir que estes projectos chegam a seu termo no segundo semestre de 2012 e no primeiro de 2013.

Os processos de envelhecimento

O projecto, liderado cientificamente por *Manuel Villaverde Cabral* e executado por

Pedro Moura Ferreira, ambos do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e no quadro do Instituto de Envelhecimento da Universidade de Lisboa, propõe-se desenvolver a temática do uso do tempo e as redes sociais.

Trata-se uma temática pouco abordada pela investigação social, mas importante para a compreensão do envelhecimento, especialmente no que respeita ao modo como este ocorre e se manifesta nos diferentes grupos sociais. Envelhecer de uma forma saudável implica, naturalmente, a existência de boas condições de saúde. No entanto, estas condições não podem ser isoladas do quadro de vida dos indivíduos, das actividades com que estes ocupam o tempo e das relações que estabelecem com os outros.

Em termos de recomendações para a política pública, o projecto espera mostrar a importância da actividade e das redes sociais na forma como se envelhece, identificando nomeadamente as condições sociais que favorecem as motivações dos indivíduos para um envelhecimento activo e saudável. Estimular meios que promovam a actividade e criem laços com os outros são duas orientações a aprofundar no sentido de encontrar respostas para as políticas públicas.

As dinâmicas de envelhecimento

O projecto, liderado cientificamente por *Manuel Villaverde Cabral* e executado por *Mário Leston Bandeira*, ambos do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e no quadro do Instituto de





Envelhecimento da Universidade de Lisboa, propõe-se analisar as principais dinâmicas demográficas e sociais do envelhecimento em Portugal.

Além do melhor conhecimento dos processos diferenciados (por regiões) de evolução demográfica, este projecto inclui ainda um trabalho de elaboração de projecções da população para 2050, na tentativa de responder a várias perguntas sobre a evolução futura do envelhecimento, da dependência individual, da esperança de vida, da situação familiar, das redes familiares, da idade de aposentação e da situação sanitária de uma população envelhecida.

Conferência sobre a População

A Fundação Francisco Manuel dos Santos realizará, em 2012, uma conferência sobre um tema de especial importância. Eventualmente, esta iniciativa poderá realizar-se anualmente. A primeira edição será consagrada à “População”.

Em Portugal, será este o ano de publicação final dos dados do último Recenseamento à População, levado a cabo pelo INE (Censos 2011). Por outro lado, a União Europeia aprovou a designação do “Ano Europeu do Envelhecimento”, o que revela bem a importância crescente das questões de população. Foi neste quadro que a FFMS decidiu seleccionar a “População” como o tema da primeira iniciativa.

A coordenação científica e de organização da conferência foi confiada a *Maria João Valente Rosa*, do Conselho Científico da FFMS.

A Comissão Executiva é formada por: *Maria João Valente Rosa, José Soares dos Santos, Susana Norton, Filipa Dias, Joana Lopes Martins, João Fernandes* (da empresa View), *Rui Pimentel* e membro da agência organizadora.

A Comissão Científica é constituída por: *Maria João Valente Rosa, José Tavares, Alda Carvalho, José Vítor Malheiros, Manuel Villaverde Cabral, João Ferrão, Carlos Pimenta, Alexandre Quintanilha, Paulo Chitas, Tiago Pitta e Cunha e Pedro Pita Barros*.

Inquérito à Fecundidade

Não existe qualquer fundamento científico para a ideia segundo a qual a população não tem tantos filhos como desejaria devido a constrangimentos sociais, económicos ou outros. Contudo, são conhecidas várias iniciativas, designadamente de índole política e financeira, que visam fomentar a fecundidade, supondo-se que a questão financeira é decisiva. Daí, e dado o interesse de se dispor de informação fidedigna sobre o tema, e porque nos últimos quinze anos a sociedade portuguesa mudou significativamente, parece indiscutível o interesse de Portugal regressar a esta operação.

Um estudo sobre a fecundidade em Portugal permitiria conhecer os respectivos padrões actuais, assim como obter informações relevantes sobre o papel da profissão, da escolaridade, do tipo de família, do estatuto social e profissional, dos níveis de rendimento económico e dos valores sociais e culturais. Pode pensar-se que todos estes factores são importantes para

definir as taxas de fecundidade, mas a verdade é que não se conhece bem a realidade contemporânea.

Pretende-se reproduzir o projecto do INE de 1997. Neste sentido, e para que os resultados tenham o selo de “confiança”, passando a integrar a lista de estatísticas oficiais, foi proposta a celebração de uma parceria entre a FFMS e o INE. Entre outras vantagens, como as de qualidade ou de experiência, poderá garantir-se a comparação entre os resultados de 2012 e os das anteriores décadas, feitos igualmente pelo INE.

A responsabilidade científica e a coordenação do inquérito ficarão a cargo de *Maria João Valente Rosa* (pela FFMS) e do INE (Instituto Nacional de Estatística).

12.

Projectos temporários

A Questão Social

As desigualdades sociais e económicas em Portugal

Este projecto foi realizado por *Carlos Farinha Rodrigues* (do ISEG, Instituto Superior de Economia e Gestão, da Universidade Técnica de Lisboa), teve como consultor *Anthony Atkinson* (da Universidade de Oxford) e é acompanhado pelo conselheiro José Tavares. Foi executado durante os anos de 2010 e 2011, tendo os seus resultados sido anunciados a público e discutidos a partir do final do primeiro semestre de 2011.

Realizou-se uma conferência com a apresentação dos primeiros resultados deste estudo, com a participação do investigador *Carlos Farinha Rodrigues*, de *Miguel Gouveia*, de *José Tavares* e de *Anthony Atkinson*. O estudo será editado em 2012 e está prevista a actualização de dados segundo a publicação de dados do INE.

Valores, Atitudes e Comportamentos

Valores culturais, desenvolvimento económico e a qualidade da democracia: Uma perspectiva comparada

Após o concurso internacional, foi seleccionada a candidatura “Cultural values,

economic development and the quality of governance: a comparative perspective” de *Alejandro Portes* (Princeton University) e de *Margarida Marques* (da Universidade Nova de Lisboa). Este projecto foi idealizado em 2010 e amplamente discutido no Conselho Científico. A iniciativa pertenceu a *José Tavares* e *Pedro Magalhães*. Estão actualmente em curso as negociações e os acertos para dar início ao estudo e ao respectivo inquérito, a realizar entre 2012 e 2014.

Valores sociais e mudança

Projecto sobre “Valores e atitudes face à mudança – Para um novo modelo de desenvolvimento económico. A visão dos autarcas, dos empresários e da população”. Projecto dirigido por *João Ferrão* e uma vasta equipa interdisciplinar de investigadores. O projecto inclui um inquérito de opinião e atitudes junto de autarcas e empresários, o que constitui uma relativa novidade nas tradições recentes deste tipo de estudos.

Outros estudos

Estão em preparação, para lançamento a breve prazo, outros estudos nesta área dos “valores, atitudes e comportamentos”. Em particular, refira-se um trabalho a ser realizado em Duke University, por Dan Ariely, sobre corrupção na sociedade contemporânea, com inquérito e estudo sobre a realidade portuguesa, em comparação com outros países. Assim como um projecto

sobre “corporate values”, da responsabilidade de Luigi Guiso, Paolo Sapienza e Luigi Zingales, do Instituto Universitário Europeu, de Florença. Este tema, dos valores da empresa e dentro da empresa, é igualmente tema pouco frequente na literatura social, económica e política portuguesa.

O Desenvolvimento

O contributo dos Fundos comunitários para o desenvolvimento de Portugal, desde 1985

Este projecto, a cargo da empresa AMA (*Augusto Mateus Associados*, com *Augusto Mateus* e *Paulo Madruga*, como principais responsáveis), tem como objectivo estudar o contributo dos Fundos Comunitários à luz do desenvolvimento do país nas primeiras décadas de integração na União Europeia. Os Fundos Estruturais foram contemplados em quatro ciclos de programação ou quadros comunitários de apoio (QCA): Anterior Regulamento (1986 – 1988), QCA I (1989 – 1993), QCAII (1994 – 1999), QCA III (2000 – 2006). Os Fundos de Coesão, disponibilizados para reforçar a coesão económica e social dos Estados Membros com produto nacional bruto por habitante inferior a 90% da média comunitária, tiveram dois ciclos de programação (1993 – 1999 e 2000 – 2006).

Como resultado deste projecto, teremos um conjunto de indicadores agregados por 50 temas “Olhares sobre a evolução da sociedade, das instituições e da Economia





em Portugal” e uma análise “Portugal antes e depois dos fundos estruturais: os grandes impactos e as grandes questões”. Os primeiros relatórios de progresso já apresentados constituem uma muito estimulante experiência e permitem uma análise inovadora da economia e da sociedade portuguesas.

A participação de Portugal nas decisões da União Europeia

Este projecto, dirigido por *Richard Rose* e *Alexander Trechsel* (ambos do IUE, Instituto Universitário Europeu, de Florença), tem como objectivo analisar e avaliar a participação de Portugal (tanto o Estado e as instituições públicas, como as organizações privadas e profissionais) nas decisões europeias. Pretende-se determinar melhor o método e a eficácia da participação portuguesa nos processos multinacionais de decisão. Este projecto é acompanhado, por parte da FFMS, por *Miguel Maduro*, membro do Conselho Científico, e por um Conselho Consultivo especialmente criado para o efeito (*Miguel Maduro, José Tavares, Marina Costa Lobo, Pedro Magalhães, José Pena Amaral, Jorge Vasconcelos e Álvaro Mendonça e Moura*).

Foi já apresentado e discutido pelo conselho consultivo o primeiro relatório de progresso “How size matters: Portugal as an EU member”.

O cadastro e a propriedade rústica em Portugal

Projecto dirigido por *Rodrigo Sarmento de Beires*, que visa a elaboração de um trabalho de recolha e apresentação dos aspectos essenciais referentes ao Cadastro Predial e a Propriedade Rústica em Portugal, em que se demonstre o interesse e função do cadastro e a sua utilidade para o País, o ponto de situação actual neste domínio, apontando também como se pode ou deve avançar para a sua concretização nas presentes condições. O documento final do trabalho será apresentado em 2012 sob a forma de um texto para um pequeno livro de divulgação.

Investimentos em infra-estruturas em Portugal

Dirigido por *Alfredo Marvão Pereira*, este projecto, iniciado em 2011 e que deverá estar concluído no primeiro semestre de 2013, propõe estudar os efeitos económicos dos grandes investimentos públicos em infra-estruturas, desde 1974 até à actualidade. Já foram apresentados dois relatórios de progresso, dentro dos prazos contratados.

Em termos globais, o projecto tem duas componentes distintas. A primeira é o processo de recolha, tratamento e apresentação de informação estatística sobre investimentos em infra-estruturas. A segunda é a avaliação dos efeitos económicos de tais investimentos, sendo estas

duas componentes sequenciais no tempo. Os primeiros relatórios de progresso focaram apenas a primeira componente. Os próximos, a apresentar em meados de 2012, conterão na íntegra as bases de dados sobre investimentos em infra-estruturas. É possível que, até ao termo do estudo, em 2013, este trabalho dê origem a dois volumes de conclusões e respectivas bases de dados.

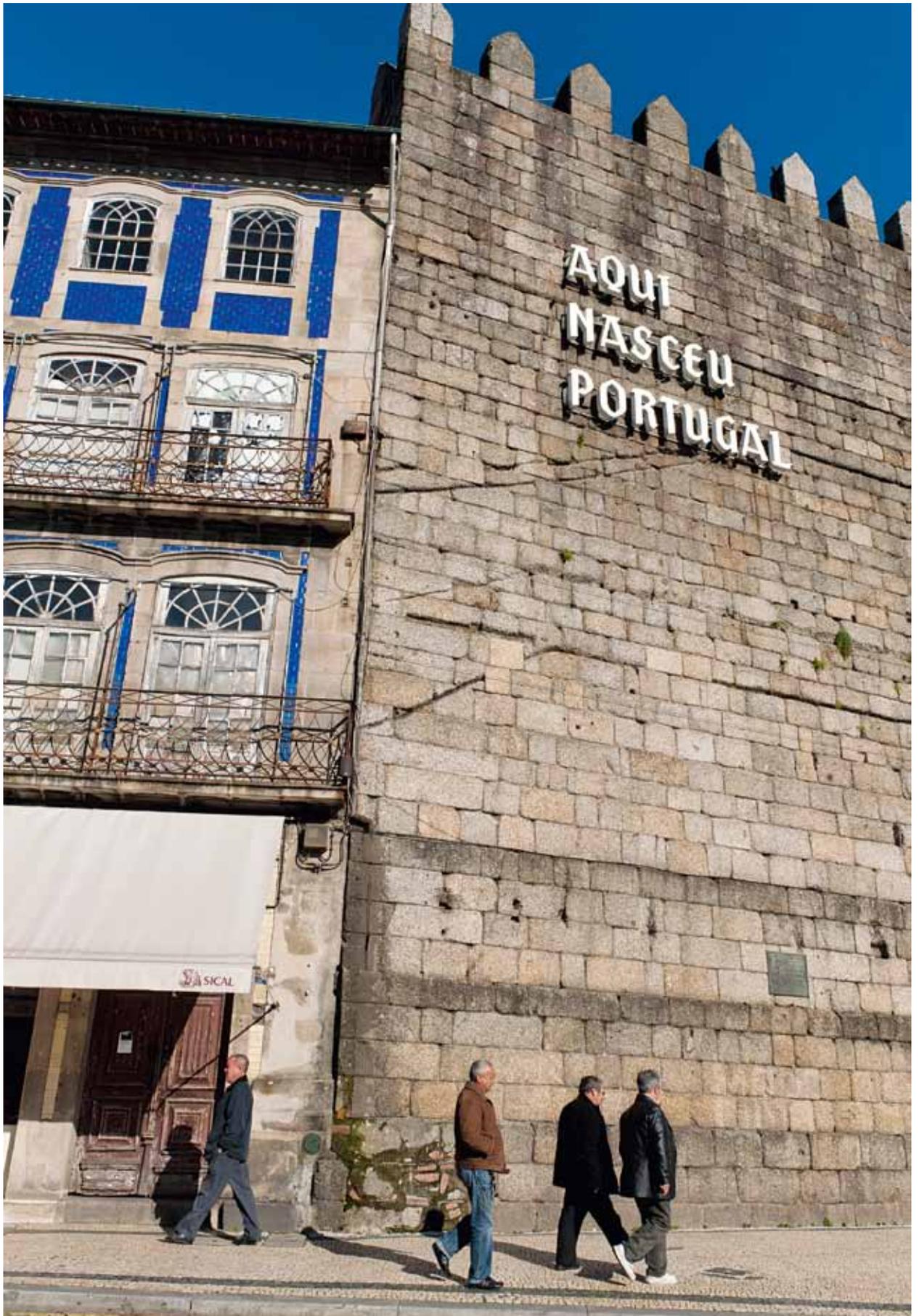
13. Estratégia de desenvolvimento de projectos

A organização das actividades da FFMS foi, desde o início, inspirada por um princípio experimental. Sem história própria e sem exemplos afins, definiram-se alguns eixos de actividade e métodos de trabalho (Ver Relatórios de 2009 e 2010) e foram-se desenvolvendo e acolhendo ideias.

A discussão em Conselho Científico ou em Conselho de Curadores, a reflexão com colaboradores e a definição de prioridades que se ia fazendo no Conselho de Administração foram alguns critérios de selecção iniciais. Depois, o princípio de oportunidade teve importância. Encontrar alguém disponível para levar a cabo um estudo, de reconhecido interesse para a FFMS, poderia ser uma solução imediata que se sobrepunha a uma operação lógica e estratégica rigorosa.

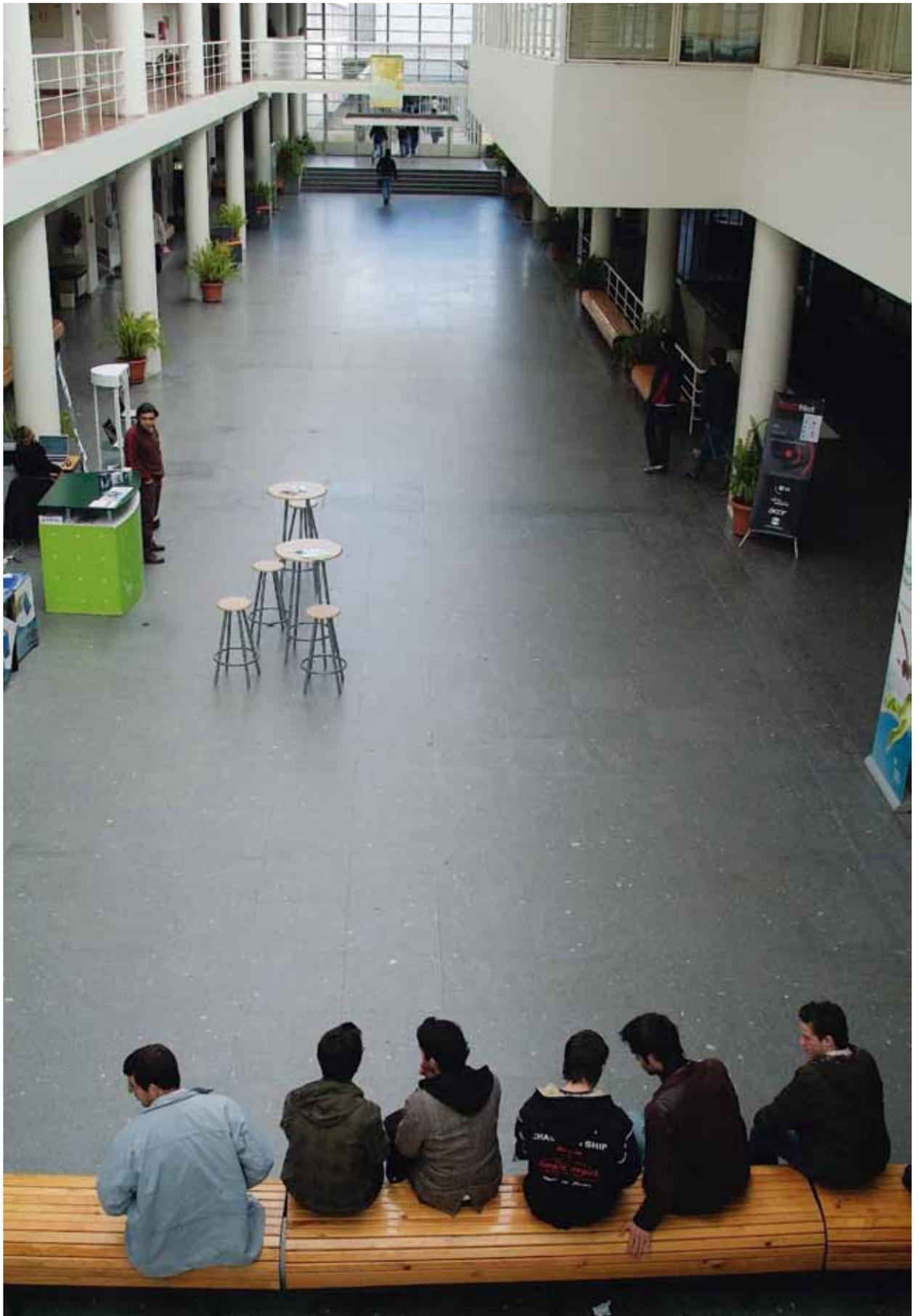
A partir de certo momento, o número de estudos em curso e em preparação aconselhava a moderar o ritmo, fase em que nos encontramos actualmente. Passou a ser prioritário reflectir e pôr em prática uma estratégia de difusão e de estímulo ao debate.

Assim, foi relançado o “sítio” na Internet, considerado a partir de agora o canal central ou o lugar geométrico de todas as formas de comunicação. Com a possibilidade de visitar o sítio por tipo de actividades ou por temas, a Fundação passou a disponibilizar em www.ffms.pt conteúdos audiovisuais e a possibilitar









comentários e a partilha de conteúdos do sítio nas redes sociais. Mais do que fazer listas de conhecimentos e informações, a FFMS ambiciona assim estimular uma “comunidade de debate e discussão” que partilhe as suas opiniões e debata em liberdade.

Foi nesse sentido que se lançou a área de debates *online*, começando com os temas de livros de ensaios (“Sondagens”, “A Morte”, “Serviço público da televisão”) e depois alargando a temas dos estudos (“Desigualdades Sociais”) e temas pertinentes da sociedade (“Europa”). Este convite à discussão, na Internet, apesar de ainda embrionário, tem tido uma participação muito interessante. Destaque para o debate sobre “Podemos decidir sobre a nossa morte?”, com 134 comentários e cerca de 4.000 visualizações.

Na área de conferências, introduzimos a transmissão em directo no sítio, com a possibilidade de fazer perguntas *online* para oradores convidados e resposta em directo, na própria conferência. O ciclo “Questões-chave da Educação 2011” já beneficiou desta transmissão, podendo-se assim alargar o número de participantes, sem constrangimentos geográficos. Logo na primeira conferência, tivemos quase 3.000 visualizações (mais de 2.000 visitantes únicos).

No final do ano de 2011, com pouco mais de sete meses de existência, o *site* contava com 3.300 registados e cerca de 80.000 visitas.

Com o lançamento do *site*, a Fundação produziu o seu primeiro filme de

apresentação “Ser livre. Ser independente. Ter opinião”. Desenvolvido em *Origami*, numa analogia do papel enquanto base de transmissão do conhecimento, a Fundação convidava a sociedade civil “a entrar no debate”. Esta campanha foi difundida na televisão e na Internet, marcando a primeira mostra da missão da Fundação, como tal, não apenas dos seus projectos. Com esta campanha, a Fundação foi distinguida com o prémio SAPO para o melhor filme de 2011.

Ainda na área da difusão, a Fundação continuou durante o ano 2011 a promover debates, nomeadamente sobre os seus ensaios. Tendo-se mantido o ciclo “Pensar Portugal”, com o El Corte Inglés, a FFMS marcou ainda presença em Leiria, na Livraria Arquivo, na Faculdade de Direito do Porto e nalgumas escolas secundárias. Com o intuito de se aproximar dos estudantes, foram vários os lançamentos que marcaram presença em anfiteatros de Universidades, para que os mais jovens pudessem participar.

Os órgãos de comunicação social continuaram a ser muito importantes na difusão da informação, destacando-se algumas parcerias: a TSF com o “Sabia que...” da PORDATA; os “Fórum TSF” sobre temas dos ensaios; e a RTP com a série “Nós Portugueses”, da PORDATA.

Uma referência especial aos dados da PORDATA que continuaram a ser utilizados por jornais, televisão e rádio, enquanto apoio factual às reportagens ou mesmo a intervenções em debates.

Com a organização de áreas de actividade em “Programas”, dá-se mais um passo.

Pretende-se, com esta organização, criar áreas consolidadas de iniciativas, agrupando estudos, *workshops*, conferências e edições de toda a espécie (livros, ensaios, filmes para o cinema ou a televisão, DVD, CD, etc.). Estes programas poderão, com o tempo e a consistência, desempenhar várias funções: as de “observatório”, de património de conhecimento, de *think tank*, de *watchdog* e de centro de discussão e debate. Tentando evitar dogmatismo ou preconceitos, o Conselho de Administração procura ajustar a organização, o formato e a função às realidades e aos resultados obtidos. Não está em causa a transformação da FFMS num verdadeiro *think tank*. Desde o início das suas actividades negou-se tal equiparação, sobretudo na medida em que a FFMS não se reclama de um programa político, de uma doutrina social e económica específica, muito menos de uma proximidade partidária. Continua a ser esse o entendimento do Conselho de Administração. Mas também é verdade que certos aspectos da acção de um *think tank*, como sejam o estudo das realidades, o estímulo ao debate público e a preparação de sugestões e recomendações, são comuns à acção da FFMS.

14. Estratégia de comunicação e difusão

Como se refere em vários capítulos anteriores, a comunicação e a difusão transformaram-se nas prioridades a curto prazo. Na verdade, a FFMS tem já em curso várias dezenas de projectos, de ensaios em preparação, de livros em elaboração, até de documentários em concepção. Não parece haver receio de a FFMS ficar esgotada de conteúdos tão cedo. Pode, todavia, acontecer o contrário: acumular conteúdos, conhecimento, estudos e património, mas ficar a Fundação isolada da sociedade, sem capacidade para estimular o debate e a discussão e sem meios para fomentar a participação dos cidadãos.

Sem abdicar do rigor da análise, da seriedade de propósito na selecção dos problemas e do cuidado no tratamento da informação, a FFMS terá de se preparar para encontrar soluções adequadas a vários problemas. Assim, em primeiro lugar, fomentar junto dos autores e dos estudiosos o gosto pela expressão clara e compreensível, acessível a todos. As disciplinas científicas e as profissões enveredaram por um estilo em que a expressão, de certo modo “tribal”, se distingue pelo hermetismo. Segundo, encontrar os meios de comunicação que atinjam públicos diversificados, desde umas centenas de pessoas especializadas, a uns milhares de pessoas informadas, até umas centenas de milhares de pessoas interessadas. Eis por que

importa combinar as tradições e os métodos bem conhecidos das conferências, dos *workshops* e dos colóquios, com técnicas de mais largo espectro, que incluem livros de baixo preço e grandes tiragens, até métodos e meios de grande difusão de massas, como sejam os programas de televisão, os documentários e os filmes e similares exibidos na Internet.

Neste encontro de conteúdos, problemas e ideias, por um lado, e técnicas de comunicação, por outro, estará o segredo da Fundação. Esta só terá um papel relevante na sociedade se conseguir resolver adequadamente os problemas deste encontro. O rigor do conhecimento e do pensamento não pode ficar cativo de um grupo reduzido de especialistas. As técnicas de difusão de massas não podem desnaturar o rigor e a clareza do pensamento e da expressão.

15. Protocolos com outras instituições

Em 2011, foram assinados novos protocolos de colaboração com as seguintes entidades:

*Instituto de Segurança Social, IP
(Centro Nacional de Protecção contra os Riscos Profissionais).*

Instituto de Informática, IP.

O Anexo 12 enumera todas as instituições com as quais, desde 2009, a FFMS assinou protocolos de cooperação.

Foram ainda estabelecidos contratos e acordos de colaboração com a seguinte organização:

Rede UNICRE.

O Anexo 13 lista todas as organizações e empresas com as quais, desde 2009, a FFMS assinou acordos e contratos de colaboração.

16. Relatório financeiro

O pormenorizado relatório que se segue reflecte as contas da Fundação. Deve ser sublinhado o facto de a família Fundadora ter procedido pontualmente às entregas prometidas e contratadas.

O Conselho de Administração mantém-se fiel à sua política de só efectuar aplicações seguras, sem risco ou de muito reduzido risco. Esta opção pode representar uma relativa perda de rendimentos, mas revela-se a mais acertada sob todos os outros pontos de vista. O Conselho Fiscal tem sido chamado a reflectir sobre esta opção e tem dado um excelente contributo.

Mantém-se igualmente a determinação de cativar os fundos afectos a projectos por toda a sua duração.

Questão que continua a merecer especial atenção é a do IVA suportado pela FFMS. Este ano, o imposto atingiu um valor da ordem dos 451,500.00€, que a Fundação não pode repercutir nos serviços prestados. Isto representa um considerável custo adicional em todos os projectos, não lucrativos, que a Fundação patrocina.

17. Colaboração com o Fundador

As relações com o Fundador e Presidente do Conselho de Curadores, *Alexandre Soares dos Santos*, tem-se mantido exemplares de cordialidade e colaboração.

O Conselho de Administração sentiu sempre estar na plenitude da sua independência de juízo e de actuação. A colaboração com a família Fundadora tem sido igualmente fértil. As questões financeiras, tal como já referidas, foram sempre pontualmente resolvidas e tratadas.

18. Perspectivas e programa de actividades

Dadas as características especiais da Fundação, a nossa actividade, em 2012, não sofrerá efeitos das dificuldades económicas e sociais que Portugal conhece. Ou antes, não terá grandes dificuldades. Na verdade, nenhuma organização é totalmente imune. Por exemplo, já tivemos de suportar consequências da falência ou da insolvência de empresas que prestavam serviços à FFMS.

As decisões passadas sobre projectos para vários anos e longa duração incluíram sempre provisões para as necessidades financeiras até ao termo dos projectos. Há, pois, relativa tranquilidade. Os recursos obtidos anualmente e as reservas que temos vindo a fazer, permitem encarar os próximos anos sem preocupação. Mas já se

percebeu que a FFMS tem agora de abrandar o ritmo de aprovação de projectos.

Não porque haja dificuldades, mas porque os primeiros anos foram de grande abundância, dado que se iniciava este projecto.

Para 2012 e anos seguintes, o Conselho de Administração propõe-se continuar o esforço dos projectos permanentes, alargando-os ligeiramente: Pordata, Portal dos Direitos e Deveres, Conhecer a Crise, Portal de Opinião Pública, Ensaios da Fundação, sítio na Internet. Os estudos em curso, cerca de quatro dezenas, continuarão a ser realizados, não se prevendo um alargamento significativo, pelo menos até 2013. Novas iniciativas serão tomadas no sentido de desenvolver as técnicas e os meios de difusão em grande escala, designadamente os documentários de cinema e televisão que a FFMS gostaria de desenvolver de modo particularmente significativo.

Além dos meios de difusão, a FFMS prestará também especial atenção às iniciativas de debate público.

Lisboa, 10 de Março de 2012

O Conselho de Administração



António Barreto, Presidente



José Soares dos Santos, Vogal



José Quinta, Vogal



ANEXOS

Fundação Francisco Manuel dos Santos

Anexo 1

Projectos em curso

Projectos permanentes

Bases de Dados

PORDATA: Base de Dados Portugal Contemporâneo Portugal, Europa, Regiões e municípios portugueses	Maria João Valente Rosa
Global Data, Base de Dados da Globalização	Miguel Maduro Maria João Valente Rosa Gabi Umbach
POP, Portal da opinião pública	Alice Ramos e Cícero Pereira
Portal “Conhecer a Crise”	Alice Ramos
Portal do Cidadão: Direitos e Deveres	Nuno Garoupa Nuno Coelho
Bibliografias sobre Portugal Contemporâneo	Paulo Silveira e Sousa
Cronologia de Portugal contemporâneo: 1960/2010	Paulo Silveira e Sousa

Publicações

Os Ensaios da Fundação	António Araújo
Estudos e cadernos	António Araújo
Monografias	António Araújo
ANUÁRIO	José Manuel Fernandes

Programas e Projectos temporários

Saúde (José Mendes Ribeiro)

Custos e preços da saúde	Carlos Costa
--------------------------	--------------

Mortalidade infantil: evolução e causas do decréscimo	Xavier Barreto J. P. Correia
---	---------------------------------

Documentário sobre a Mortalidade Infantil	Xavier Barreto J. P. Correia Joana Pontes
---	---

Informação em Saúde	Rita Espanha
---------------------	--------------

População e Demografia (Maria João Valente Rosa)

Conferência sobre População	Maria João Valente Rosa
-----------------------------	-------------------------

Fecundidade e natalidade	Maria João Valente Rosa e INE
--------------------------	-------------------------------

Dinâmicas demográficas e envelhecimento	Mário Leston Bandeira e Manuel Villaverde Cabral
---	---

Processos de envelhecimento: implicações sociais	Pedro Moura Ferreira e Manuel Villaverde Cabral
--	--

A Questão Social

As desigualdades em Portugal	Carlos Farinha Rodrigues
------------------------------	--------------------------

Política fiscal e IRS	Carlos Farinha Rodrigues
-----------------------	--------------------------

Educação (Carlos Fiolhais)

Questões-chave da Educação	Carlos Fiolhais
A exigência conceptual no ensino das ciências	Margarida Afonso
Ensino da leitura no 1.º Ciclo do Ensino Básico: Crenças, conhecimentos e formação dos professores	João Lopes
As novas escolas	Alexandre Homem Cristo
A sala de aula	Maria Filomena Mónica

Valores Sociais, Atitudes e Comportamentos

Valores culturais, desenvolvimento económico e a qualidade da democracia	Alejandro Portes e Margarida Marques
Valores e atitudes face à mudança; para um novo modelo de desenvolvimento económico. A visão dos autarcas, dos empresários e da população	João Ferrão
Social and cultural influences on cheating behaviour Corporate Values: Great places to work	Dan Ariely Luigi Guiso Paolo Sapienza Luigi Zingales

Justiça e Direito (Nuno Garoupa)

Avaliação de impacto legislativo: leis da droga e das propinas	Ricardo Gonçalves
Avaliação legislativa: o estado da arte na Europa	Marta Tavares de Almeida João Caupers Pierre Guibentif
A justiça económica em Portugal	Jorge Morais Carvalho Mariana Gouveia Nuno Garoupa
<i>e-book</i> : A revisão constitucional	Nuno Garoupa Pedro Magalhães José Tavares Miguel Maduro
A congestão judiciária na Europa	Sofia Pires de Lima Nuno Garoupa
O segredo de Justiça: estudo comparado em Portugal e Espanha	Fernando Gascón
A revisão constitucional: três propostas	Nuno Garoupa
Ministério Público e Procurador Geral da República: Relações com os poderes executivo, legislativo e judicial. Modelos, problemas e soluções. Selecção e avaliação. Um estudo comparado	Jose Martin Pastor
Magistrados Judiciais (Juizes): estudo comparado dos sistemas e práticas de formação, selecção, promoção e avaliação	Carlos Gomez Liguierre

Desenvolvimento

Participação de Portugal nas decisões europeias	Richard Rose e Alexander Trechsel
Contributo dos fundos comunitários para o desenvolvimento em Portugal	Augusto Mateus
Efeitos económicos dos investimentos públicos em infra-estruturas	Alfredo Marvão Pereira
O Cadastro em Portugal	Rodrigo Sarmento Beires







Conclusões e reflexões sobre a FFMS, em resultado do debate ocorrido em 2011 nos conselhos de Administração, de Curadores e Científico.

Os dois anos e meio de actividade decorridos, desde a criação da Fundação, serviram para criar, em traços largos, uma personalidade. A figura não é ainda nítida e precisa, mas os contornos estão feitos. Entre os principais atributos que começam a delinear-se contam-se a independência, a preocupação com a informação rigorosa e a atenção prestada à necessidade de debate público.

A liberdade individual é o conceito unificador das actividades da Fundação. Para o desenvolvimento da liberdade individual são necessários: o conhecimento e o debate público.

O princípio, o conceito e os fundamentos (práticos, legais, culturais, políticos, etc.) da liberdade individual estão em permanente actualização e exigem constante exame. Este é um ânimo vital da FFMS.

Mau grado importantes transformações ocorridas durante as últimas três a cinco décadas, a sociedade portuguesa tem pouca experiência social e colectiva da liberdade. Tem, por outro lado, conhecido importantes dificuldades no caminho do desenvolvimento. Eis por que a FFMS considera como sua prioridade o estudo dos factores e obstáculos ao desenvolvimento, critério esse que deve inspirar grande parte dos estudos e dos debates que promove e estimula. Por desenvolvimento, entende-se o crescimento económico, o aumento do bem-estar, o progresso cultural, o melhoramento das instituições, a igualdade de oportunidades e a consolidação dos direitos individuais.

A FFMS procura motivar e habilitar. Isto é, nas áreas da informação e do conhecimento da realidade, a Fundação pretende despertar interesses, ajudar as pessoas a formar-se para poder participar e interessar indivíduos disponíveis para o debate público. A FFMS deseja influenciar as elites tanto directamente como, sobretudo, através da opinião pública e com a opinião pública como testemunha. Em certo sentido, procura-se influenciar toda a gente, mas as exigências de eficácia recomendam uma especial atenção aos decisores políticos. Sabe-se que estes últimos estão mais atentos quando a influência é exercida pela opinião pública ou diante da opinião pública. A Fundação faz questão de agir com transparência, no sentido de que procura ter sempre a opinião pública como testemunha das suas iniciativas.

A FFMS tem uma política de princípios expressos nos seus Estatutos e na sua Carta de Princípios, mas não tem uma política. É, todavia, claro que os seus principais alvos são as políticas públicas! O melhoramento das instituições públicas é, aliás, um dos mais claros princípios definidos na missão da FFMS.

No que diz respeito às questões de método, a inspiração da FFMS pode resultar de umas ideias de base para dar forma às suas actividades: **1.** Tornar visível o invisível, iluminar situações ocultas. **2.** Estimular ou interessar o cidadão não preocupado. **3.** Dar informação ao cidadão interessado. **4.** Alargar a sua acção ao maior número possível de pessoas. **5.** Fomentar a participação dos cidadãos. **6.** Sem perda de rigor, utilizar uma linguagem clara e uma expressão acessível, evitando o excesso de academismo.

A capital do país é, como seria de esperar, o local onde a FFMS mais tem agido. Dada a distribuição da população e das actividades, é talvez forçoso que assim seja. Mas não devemos, de qualquer modo, desperdiçar as oportunidades criadas em cidades de média dimensão, a começar por aquelas onde existem escolas superiores. As poucas experiências feitas sugerem potencialidades a desenvolver. Cidades como Porto, Aveiro, Coimbra, Braga, Faro, Vila Real e Évora são essenciais para um desenvolvimento qualitativo da FFMS.

A PORDATA e os Ensaio da Fundação deram corpo, desde 2010, a três intenções programáticas iniciais: **A.** A informação rigorosa acessível a todos; **B.** A discussão de ideias a partir de textos e documentos muito largamente distribuídos; **C.** Estudo rigoroso das realidades portuguesas relativamente às questões mais relevantes da sociedade e das políticas públicas. Os Estudos da Fundação (cerca de 30 já em curso) começarão a ser divulgados a partir do fim deste ano. É a concretização da terceira intenção.

Com estas primeiras realizações, a FFMS teve a oportunidade de tocar em vários públicos interessados: profissões liberais, estudantes do secundário e das Universidades, professores, jornalistas, titulares de cargos políticos, dirigentes da Administração Pública e outros. Estou convencido de que se trata de um público alargado, mas de certo modo restrito. Não propriamente uma elite, mas um público já informado e especializado. Ainda não conseguimos tomar iniciativas ditas de “massas”, que toquem uma parte importante da população, isto é, um público interessado que poderá, eventualmente, atingir números virtuais da ordem de 10% da população. Mas, através das conferências, dos Ensaio, da Internet e do primeiro documentário, já teremos tocado bastantes milhares de pessoas.

Correndo os riscos do excesso de sistematização, poderíamos dizer que temos três públicos distintos: **I.** Especializado. **II.** Informado. **III.** Interessado. A PORDATA é uma iniciativa que poderá interessar sobretudo os públicos I e II. Os Estudos da Fundação dirigem-se ao público I (mas deverão ser tomadas precauções no sentido de obter também, dos respectivos autores, versões sintéticas, claras, de larga capacidade de compreensão). Os Ensaio da Fundação destinam-se sobretudo ao público II. Para o público III, ainda não foram encontrados os meios e as iniciativas mais úteis e pertinentes. Pensamos que os documentários de televisão, o cinema e o DVD podem cumprir esse objectivo.

A disseminação e a grande divulgação da nossa actividade, assim como a iniciativa de debate público, constituem importantes preocupações para a acção dos próximos anos. Reside nesta área a principal lacuna actual. Pensa-se tomar iniciativas capazes de promover e dinamizar redes e clubes de debate. As escolas, as Universidades e as Associações de Estudante podem ser os parceiros ideais, assim como associações civis e culturais.

As necessidades de estimular e organizar o debate público, assim como de reforçar a identidade da Fundação, deverão conduzir a uma produção sustentada de documentários de televisão, cinema e DVD. Estes documentários poderão ser da autoria de realizadores, guionistas e autores reputados e serão exibidos em canais de televisão existentes, em salas públicas (associações, autarquias, etc.), em salas de cinema e outras instituições.

Se este plano for concretizado e tiver bons resultados, não é de excluir que a FFMS tenha como objectivo consolidar, a prazo, uma presença permanente na Televisão. Seja através da exibição regular dos seus documentários; seja através da ocupação de um espaço regular da programação de um canal existente; seja finalmente na criação de um canal de cabo próprio da Fundação (para o que muito podem contribuir as novas hipóteses tecnológicas abertas pelo alargamento do cabo e da televisão digital terrestre). Para a segunda e a terceira hipóteses, a FFMS deverá exibir, além dos seus, documentários importantes e interessantes (e relevantes para os temas que nos são próprios) vindos de outros países. O que importa reter é que o documentário cinematográfico e televisivo (que também pode ser visto na internet, nos iPad e noutros dispositivos similares) constitui talvez a mais adequada forma de comunicar com um largo segmento da população.

Esta evolução não deve alterar a natureza da Fundação, tal como se encontra definida pelo Fundador e pelos estatutos. A Fundação não se transformará numa agência de comunicação. A sua preocupação

essencial continuará a ser a dos conteúdos, isto é, do estudo, do conhecimento e do debate. A grande difusão e a comunicação social são instrumentos do debate e da participação.

A concretização destes projectos de grande divulgação tem como exigência a definição mais marcada da identidade e da localização física da Fundação. Assim, parece necessário pensar na criação de uma “sede” para a FFMS, onde os interessados se possam facilmente deslocar e onde seja fácil aceder aos materiais produzidos pela FFMS.

Em certo sentido, poder-se-á também considerar útil o recurso a instalações de debate e discussão, de exibição de filmes e documentários, de aquisição de livros e documentos, de realização de reuniões de trabalho e discussão e de conferências. Várias soluções poderão ser estudadas durante os próximos anos, a fim de satisfazer estas necessidades.

A Fundação não ambiciona ser uma entidade fiscalizadora dos governos e dos órgãos de poder político e público, incluindo da Administração Pública. Mas, ao promover a disseminação da informação, ao estimular o conhecimento e ao patrocinar o debate público, a FFMS está na verdade a desempenhar funções próximas dos *watchdogs* e dos “observatórios” da acção pública. A FFMS deve assumir claramente essas funções, ao mesmo tempo que as de patrocínio das iniciativas de estudo.

Sem alterar os seus princípios nem a sua missão, tal como definida pelo Fundador, a FFMS deve estar atenta a algumas circunstâncias da actualidade. As actuais dificuldades económicas, financeiras e sociais de Portugal não podem ficar estranhas à acção da FFMS. Mesmo se esta não pretende privilegiar a conjuntura nem os interesses imediatos, a verdade é que “a crise portuguesa” tem tais dimensões e tal profundidade que se transforma de facto num interesse central. Algumas questões podem inspirar a nossa actividade: 1. O que não se sabe sobre a crise. 2. As causas da crise. 3. Os efeitos imediatos da crise. 4. O ajustamento à crise. 5. A procura de soluções para os problemas estruturais e de longo prazo.

Os próximos anos de actividade da FFMS vão exigir um grande esforço pessoal e de recursos. É possível que os meios financeiros à disposição sejam suficientes para as nossas ambições e os nossos projectos. Se não forem, as ambições serão reduzidas em conformidade. Há meios suficientes para fazer uma obra significativa. Quanto ao esforço pessoal, será necessário dotar a Fundação de mais capacidade científica, técnica e organizativa. Depois de ter desencadeado tantos projectos em tantas direcções, corre-se o risco de não ter capacidade para analisar, avaliar, controlar e gerir. O contributo externo é relevante e pode assumir várias formas: conselhos consultivos de projectos, conselhos editoriais, consultores, árbitros académicos e jurís de selecção são diversas modalidades previstas. Mas será também necessário reforçar a Direcção da FFMS.

Reforçar a capacidade de iniciativa, de imaginação, de gestão e de análise não é suficiente. Na verdade, necessitamos saber melhor os efeitos da acção desenvolvida até hoje, assim como das iniciativas em curso e em preparação. Torna-se necessário proceder a avaliações do trabalho da FFMS, em termos quantitativos (audiências, assistências, leitores, notícias, contactos, vendas, formações, etc.), mas também qualitativos. Brevemente, devem ser lançados um estudo e um inquérito sobre o conhecimento e a opinião da população relativamente à FFMS.

Sem abdicar da sua missão, a Fundação deve estar atenta ao espírito do tempo, à opinião pública e particularmente às reacções e opiniões das gerações mais jovens.

António Barreto
Presidente do Conselho de Administração

Anexo 3

Organização, cargos e funções

Conselho de Administração

António Barreto, Presidente

José Soares dos Santos, Vogal, Comunicação,
Difusão e Finanças

José Quinta, Vogal, Administração, Contencioso,
Contratação e Contabilidade

Assistente e Secretariado, *Isabel Bernardes*

Departamentos

Directora de Projectos, *Isabel Vasconcelos*

Directora de Comunicação, *Filipa Dias*

Directora de Operações, *Susana Norton*

Director de Informática, *Santiago Olmedo*

Assistentes, *Maria Carlos Ferreira* e *Rui Pimentel*

Programas permanentes

Publicações, *António Araújo*

PORDATA, *Maria João Valente Rosa*, *Ana Luísa*

Barbosa, *Joana Lopes Martins*, *Rita Rosado*,

Bernardo Gaivão, *Miguel Viana*

Programas temporários

Educação, *Carlos Fiolhais*, *Mónica Vieira*

Ciência, *Carlos Fiolhais*, *Mónica Vieira*

Saúde, *José Mendes Ribeiro*, *Susana Casanova*

Justiça e Direito, *Nuno Garoupa*,

Maria Carlos Ferreira

População e Demografia, *Maria João Valente Rosa*

Colaboradores externos

Consultoria e auditoria jurídica, *Tiago Lemos*,

Joana Cunha de Almeida

Contabilidade, AUREN (*Rui Pecegueiro* e *Rute Serras*)

Conselho de Curadores

Alexandre Soares Santos, Presidente

António Araújo

Carlos Moreira da Silva

Isabel Jonet

João Lobo Antunes

Joaquim Gomes Canotilho

Luís Valente de Oliveira

Manuel Braga da Cruz

Manuel Clemente

Raul Miguel Rosado Fernandes

Vasco dos Santos

Conselho Científico e Cultural (não estatutário)

Carlos Fiolhais (desde Dezembro de 2011)

Francisco Sarsfield Cabral

José Amaral

José Mendes Ribeiro

José Tavares

Maria de Fátima Bonifácio

Maria João Valente Rosa

Miguel Poiares Maduro

Pedro Magalhães

Nuno Garoupa

Paulo Rosado

Conselho Fiscal

José Luís Nogueira de Brito, Presidente

Luís Palha

Auditor externo (*Vítor Ladeiro*, AUREN)

Nuno Crato suspendeu as funções por ter assumido o cargo de Ministro da Educação.

Comissão de vencimentos

Alexandre Soares Santos, Presidente

Luís Valente de Oliveira

Isabel Jonet

Conselho de Administração

António Barreto, Presidente

José Soares dos Santos

José Quinta



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Gabinete do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros

Despacho

Declaração de Utilidade Pública

A **Fundação Francisco Manuel dos Santos**, pessoa colectiva de direito privado n.º 508867380, com sede em Lisboa,

Promove e aprofunda o conhecimento da realidade portuguesa, procurando desse modo contribuir para o desenvolvimento da sociedade, o reforço dos direitos dos cidadãos e a melhoria das instituições públicas, através da elaboração de estudos sobre temas seleccionados, publicando os resultados no site Prodata, formulando recomendações e fomentando a discussão pública sobre as matérias que são objecto dos trabalhos, com especial relevo nas áreas da demografia e da população, condições sociais e económicas, desenvolvimento económico e social, saúde, educação, formação profissional, segurança social, Estado, identidade nacional, administração pública, direitos e deveres dos cidadãos, cidadania e instituições democráticas, relações laborais, organização do território, as cidades, a questão social, coesão social, desigualdades e conflito, justiça, políticas económicas e sociais, as instituições públicas, os grandes serviços públicos, as relações entre o Estado e os cidadãos, acesso à cultura, informação e comunicação social.

Instituída e reconhecida há cerca de um ano, a Fundação Francisco Manuel dos Santos prossegue, assim, fins de interesse geral e desenvolve, sem fins lucrativos, a sua intervenção em favor da comunidade em áreas de relevo social.

Tratando-se de uma fundação, não tem aplicação o prazo de três anos previsto no n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de Novembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 391/2007, de 13 de Dezembro, o qual podia, no entanto, ser dispensado visto estarem reunidas as condições das alíneas a) e b) do n.º 3 do mesmo artigo.

Por estes fundamentos, conforme exposto na informação final do processo administrativo n.º 132/UP/2009 instruído na Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, e no uso dos poderes que me foram subdelegados pelo Ministro da Presidência através do Despacho n.º 4213/2010, de 26 de Fevereiro, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 48, de 10 de Março de 2010, declaro a Fundação Francisco Manuel dos Santos pessoa colectiva de utilidade pública, nos termos do Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de Novembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 391/2007, de 13 de Dezembro.

Presidência do Conselho de Ministros, 12 de Março de 2010

O Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros


João Tiago Valente Almeida da Silveira

A Fundação Francisco Manuel dos Santos propõe-se pensar, estudar e contribuir para o melhor conhecimento da realidade portuguesa. É seu propósito colaborar no esforço de resolução dos problemas da sociedade, em benefício de todos os portugueses e das gerações futuras.

Para alcançar esse objectivo, a Fundação Francisco Manuel dos Santos promoverá a realização de estudos, trabalhos de investigação e outras iniciativas que, obedecendo aos mais elevados padrões de rigor e qualidade, permitam uma melhor compreensão da realidade, apresentem soluções concretas e recomendações para os decisores, aprofundem o debate em torno dos grandes problemas nacionais e contribuam para a justiça, para o desenvolvimento e para o reforço da coesão social.

A actividade da Fundação Francisco Manuel dos Santos será norteada pelos princípios da dignidade da pessoa humana e da solidariedade social e pelos valores da democracia, da liberdade, da igualdade de oportunidades, do mérito e do pluralismo.

A Fundação Francisco Manuel dos Santos actuará com absoluta independência relativamente a todos os poderes públicos e privados, ideologias, correntes de opinião, tendências filosóficas, credos ou confissões religiosas. Os seus órgãos são os garantes do cumprimento das normas estatutárias, designadamente da sua independência.

A Fundação Francisco Manuel dos Santos considera essencial promover um envolvimento mais activo da sociedade civil na reflexão e na resolução dos problemas nacionais, pelo que envidará todos os esforços para dar aos cidadãos o mais amplo conhecimento das suas iniciativas e projectos. Nesse sentido, a Fundação Francisco Manuel dos Santos procurará fornecer à sociedade portuguesa informação clara, objectiva e rigorosa sobre os resultados das suas actividades, garantindo ainda a máxima transparência quanto à sua organização, os seus fins, as suas fontes de financiamento e as suas actividades.

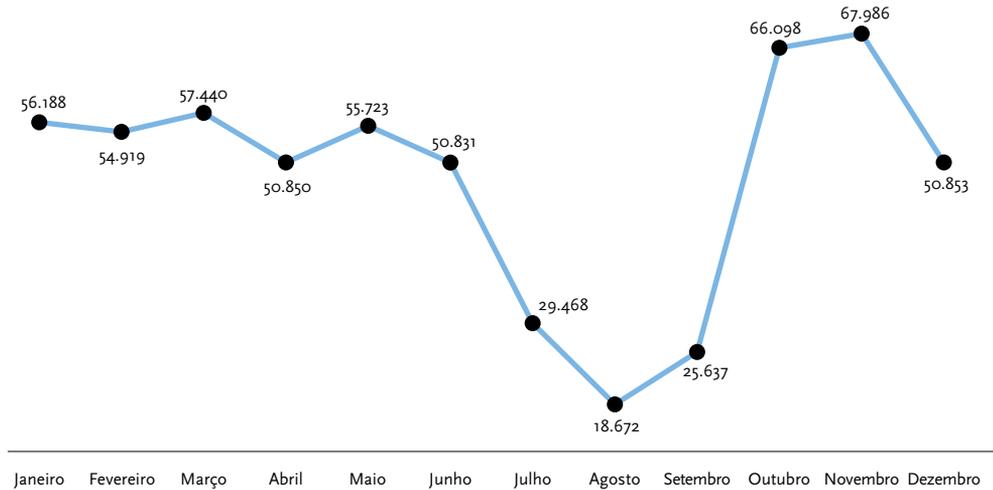
A Fundação Francisco Manuel dos Santos entende que a realização de debates públicos alargados e plurais em torno das suas recomendações é um objectivo tão importante quanto a realização de estudos e trabalhos de investigação.

Na prossecução das suas actividades, a Fundação Francisco Manuel dos Santos procurará ser fiel ao compromisso de responsabilidade social que constitui a sua missão, tal como foi definida pelos Fundadores.

Anexo 7

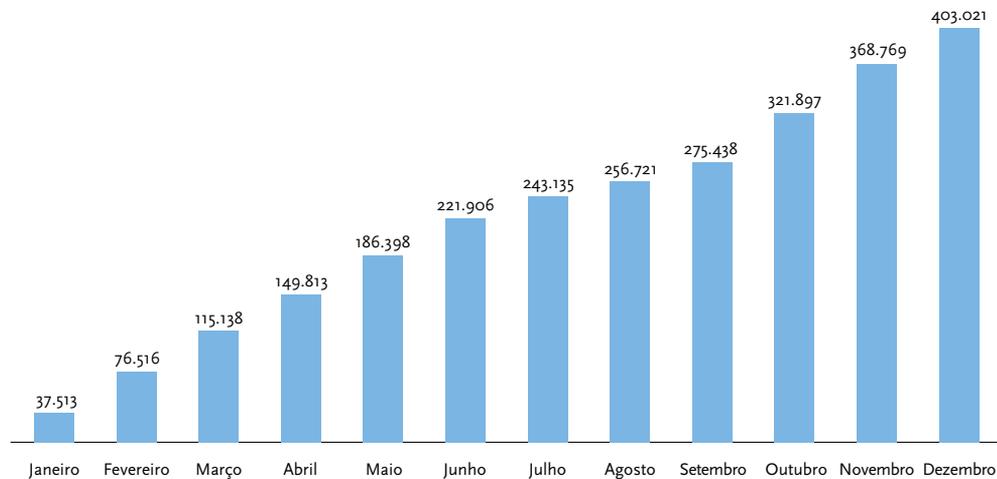
Indicadores da PORDATA

Número de visitas mensais da PORDATA, Janeiro a Dezembro de 2011



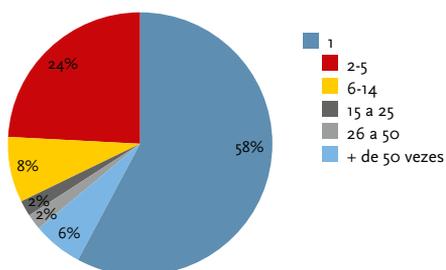
Fonte: Google Analytics

Visitantes únicos da Pordata (Acumulado de Janeiro a Dezembro de 2011)



Fonte: Google Analytics

Visitantes por número de visitas à PORDATA (%), Janeiro a Dezembro 2011



Fonte: Google Analytics

Estatísticas Pordata: Quadro Resumo 2011

N.º de páginas visitadas	3.283.089
Número de visitas	584.665
Média de visitas / dia	3.354
Número de visitantes únicos	355.756
Tempo médio de visita	4:54
N.º médio de páginas visitadas	5,62
Novas visitas em %	58%
N.º de registados no <i>site</i>	5.539

Facebook e Twitter

Número de fãs	7.732
Número de seguidores	1.520

Aplicações

iPhone	18.321
Andróide	1.135

Anexo 8

Acções de Formação da Pordata

(2011)

Concelhos abrangidos: 69

Distritos: Viana do Castelo, Braga, Vila Real, Porto, Aveiro, Bragança, Guarda, Viseu, Coimbra, Castelo Branco, Leiria, Santarém, Portalegre, Lisboa, Setúbal, Évora, Beja, Faro

Regiões Autónomas: Açores e Madeira

Entidades abrangidas:

Imprensa: *Visão/Expresso, Jornal de Notícias, Diário de Notícias*

Televisão: RTP, RTP Madeira e RTP Açores

Escolas Secundárias: Rede de Bibliotecas Escolares e Associação dos Estabelecimentos de Ensino Particulares e Cooperativos (cerca de 70 escolas)

Ensino Superior: Universidade de Aveiro, Universidade do Porto, Universidade do Algarve, Universidade Católica de Lisboa, Universidade de Lisboa, ISCTE, Universidade Técnica de Lisboa, Universidade do Minho, Universidade de Évora, Universidade dos Açores, Universidade Aberta, Universidade Lusófona, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Institutos Politécnicos de Setúbal, Beja, Guarda, Leiria e Viseu

Órgãos políticos: Grupos Parlamentares do PS e PSD

Autarquias: Câmaras Municipais de Odivelas e Penafiel

Administração Pública: Comissão para a Coordenação e Desenvolvimento Regional

Alentejano, Direcção Geral da Administração Interna

Bibliotecas: Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva, Biblioteca Municipal de Vila Velha de Ródão, Biblioteca Municipal Vergílio Ferreira, Biblioteca Municipal de Proença-a-Nova

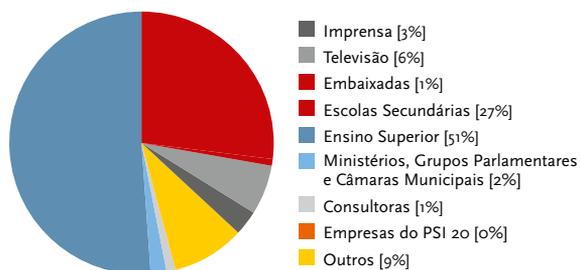
Consultoras: GFI Portugal, Ipsos Apeme, Accenture, Nielsen

Empresas do PSIzo: Sonaecom: Optimus

Outras entidades: Fundação Eugénio de Almeida, Café República, Grupo Movicortes, QREN, FCB Legal, Programa Escolhas, Associação Arte Terapia, ANA, ANACOM, Embaixada dos EUA

	Formações	Formandos
Imprensa	8	89
Televisão	13	187
Embaixadas	1	20
Escolas Secundárias	36	919
Ensino Superior	74	1.703
Ministérios, Grupos Parlamentares e Câmaras Municipais	7	79
Consultoras	4	44
Empresas do PSI 20	1	6
Outros	20	305
TOTAL	164	3.352

Visitantes por número de visitas à PORDATA (%), Janeiro a Dezembro 2011







Anexo 9

Ensaaios da Fundação publicados em 2010 e 2011

O Ensino do Português, *Maria do Carmo Vieira*
Economia Portuguesa: As Últimas Décadas, *Luciano Amaral*
Portugal: Os Números, *Maria João Valente Rosa e Paulo Chitas*
Justiça Fiscal, *J. L. Saldanha Sanches*
Difícil é Educá-los, *David Justino*
Autoridade, *Miguel Morgado*
Propriedade Privada, *Miguel Nogueira de Brito*
A Filosofia em Directo, *Desidério Murcho*
Segurança Social: O Futuro Hipotecado, *Fernando Ribeiro Mendes*
A Ciência em Portugal, *Carlos Fiolhais*
Economia, Moral e Política, *Vítor Bento*
Discriminação da Terceira Idade, *Síbila Marques*
Corrupção, *Luís de Sousa*
Portugal e o Mar, *Tiago Pitta e Cunha*
Sondagens, Eleições e Opinião Pública, *Pedro Magalhães*
A Televisão e o Serviço Público, *Eduardo Cintra Torres*
Os Atrasos da Justiça, *Conceição Gomes*
A Morte, *Maria Filomena Mónica*
Ensaio Republicano, *Fernando Catroga*
O Governo da Justiça, *Nuno Garoupa*
Liberdade de Informação, *José Manuel Fernandes*

Ensaio da Fundação: Vendas em 2010 e 2011

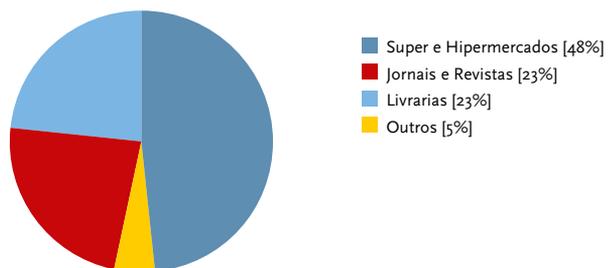
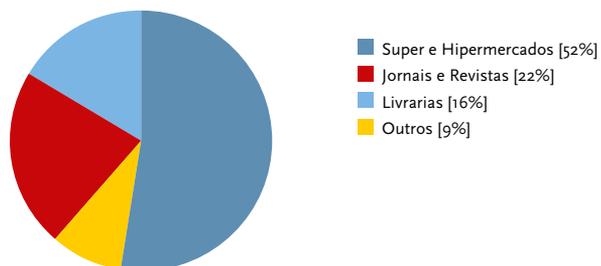
(Período até 31 de Dezembro de 2011)

N.º	Título	Data de Lançamento	Total
1	Ensino do Português	Junho, 2010	23.745
2	Economia: As Últimas Décadas	Junho, 2010	21.521
3	Portugal em Números	Junho, 2010	20.615
4	Justiça Fiscal	Setembro, 2010	29.336
5	Difícil é educá-los	Outubro, 2010	11.429
6	Autoridade	Outubro, 2010	8.035
7	Propriedade Privada	Outubro, 2010	7.428
8	Filosofia em directo	Janeiro, 2011	12.216
9	Segurança Social	Janeiro, 2011	7.611
10	Ciência em Portugal	Janeiro, 2011	6.198
11	Economia, Moral e Política	Abril, 2011	16.178
12	Terceira Idade	Abril, 2011	4.592
13	Corrupção	Abril, 2011	8.948
14	Portugal e o Mar	Abril, 2011	8.290
15	Sondagens e Opinião Pública	Maio, 2011	4.799
16	Televisão e Serviço Público	Julho, 2011	2.907
17	Atrasos da Justiça	Julho, 2011	3.485
18	A Morte	Julho, 2011	13.553
19	Ensaio Respublicano	Setembro, 2011	3.009
20	O Governo da Justiça	Setembro, 2011	2.994
21	Liberdade de Informação	Setembro, 2011	4.235
		TOTAL	221.124

Anexo 11

Ensaio da Fundação: Vendas por canal (em %), 2011

Ensaio da Fundação: Vendas por canal (em %), acumulado 2010/2011



Entidades signatárias de protocolos com a FFMS

(2009 a 2011)

INE, Instituto Nacional de Estatística

ICS da UL, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

IE da UL, Instituto de Envelhecimento da Universidade de Lisboa

ISEG da UTL, Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa

ENSP da UNL, Escola Nacional de Saúde Pública da Universidade Nova de Lisboa

FE da UNL, Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa

IGP, Instituto Geográfico de Portugal

ISEGI da UNL, Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação da Universidade Nova de Lisboa

IM, Instituto de Meteorologia

UL, Universidade de Lisboa

DGAI, Direcção Geral da Administração Interna

CEGEA, Centro de Estudos em Gestão e Economia Aplicada da Faculdade de Economia e Gestão da Universidade Católica Portuguesa no Porto

RBE, Rede de Bibliotecas Escolares

RTP, Radiotelevisão de Portugal

Instituto de Segurança Social, IP (Centro Nacional de Protecção contra os Riscos Profissionais)

Instituto de Informática, IP

Anexo 13

Acordos de colaboração

(2009 a 2011)

Relógio d'Água Editores

ACL, Associação Comercial de Lisboa

AMA, Augusto Mateus Associados

Porto Editora

SODILIVROS

TSF

SIC

Público

Diário de Notícias

Visão

Expresso

Universidade do Algarve

Universidade de Coimbra

Universidade do Porto

IUE, Instituto Universitário Europeu, Florença

Rede UNICRE

Distribuição temática e funcional da despesa

	2010	2011
	%	%
Dotação total	100,0	
Custos de funcionamento	16,00	21,00
Comunicação e promoção	5,00	12,04
Projectos		
Pordata	5,00	20,00
Ensaio	6,00	9,52
Educação	3,00	5,32
Justiça	0,50	4,46
Saúde	2,00	2,60
População e demografia	0,50	2,66
Valores e atitudes	0,50	1,30
Questões Sociais	1,00	1,80
Questões de desenvolvimento	1,50	2,10
Reserva	59,00	17,18

Valores objectivos	2010 a 2012	realizado 2011	±
	%	%	
Dotação total	100,0		
Custos de funcionamento	20,00	21,00	
Comunicação e promoção	9,50	12,00	
Projectos			
Pordata	8,00	20,00	
Ensaio	7,00	9,50	
Educação	4,00	5,30	
Justiça	3,00	4,50	
Saúde	3,00	2,60	–
População e demografia	1,50	2,70	
Valores e atitudes	4,00	1,30	–
Questões Sociais	3,00	1,80	–
Questões de desenvolvimento	3,00	2,10	–
Reserva	34,00	17,18	–

	2010	2010	2011	2011
	%	Valores	Valores	%
Dotação total	100,0	5.000.000	5.000.000	
Custos de funcionamento	16,00	799.000	1.050.054	21,00
Comunicação e promoção	5,00	252.000	602.000	12,04
Projectos				
Pordata	5,00	231.000	1.000.683	20,00
Ensaio	6,00	287.000	476.000	9,52
Educação	3,00	141.000	266.000	5,32
Justiça	0,50	18.000	223.000	4,46
Saúde	2,00	102.000	130.000	2,60
População e demografia	0,50	12.000	133.000	2,66
Valores e atitudes	0,50	22.000	65.000	1,30
Questões Sociais	1,00	62.000	90.000	1,80
Questões de desenvolvimento	1,50	75.000	105.000	2,10
Reserva	59,00	2.998.000	859.033	17,18

	2010 a 2012	2010 a 2012	realizado 2011
	%	Valores	%
Dotação total	100,0	15.000.000	
Custos de funcionamento	20,00	3.005	21,00
Comunicação e promoção	9,50	1.420	12,00
Projectos		6.941	
Pordata	8,00	1.178	20,00
Ensaio	7,00	1.019	9,50
Educação	4,00	628	5,30
Justiça	3,00	463	4,50
Saúde	3,00	462	2,60
População e demografia	1,50	224	2,70
Valores e atitudes	4,00	660	1,30
Questões Sociais	3,00	476	1,80
Questões de desenvolvimento	3,00	410	2,10
Reserva	34,00	5.054	17,18



RELATÓRIO E CONTAS

Fundação Francisco Manuel dos Santos

Balanço

Período findo a 31 de Dezembro de 2011

ACTIVO	Notas	Ano 2011	Ano 2010
		Activo Líquido	Activo Líquido
Existências			
Mercadorias	21	348.913,35	175.581,59
Aplicações Financeiras			
Fundos de Tesouraria	17	3.024.256,33	5.270.000,00
Dívidas de Terceiros – Curto Prazo			
Clientes		165.503,90	82.603,63
Estado e Outros Entes Públicos		113.978,82	36.005,47
Dep. Bancários e Caixa			
Depósitos Bancários		4.280.114,67	152.481,62
Caixa		2.824,97	2.411,56
Acréscimos e Diferimentos			
Acréscimos de Proveitos	48	8.264,66	34.414,16
Total de Amortizações			
Total de Ajustamentos			
Total do Activo		7.943.856,70	5.753.498,03

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	Notas	Ano 2011	Ano 2010
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital			
Dotações de Fundadores	40	1.000.000,00	1.000.000,00
VARIAÇÃO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO		0,00	0,00
Total do Capital Próprio		1.000.000,00	1.000.000,00
PASSIVO			
Dívidas a Terceiros – Curto Prazo			
Estado e Outros Entes Públicos		35.182,50	27.020,61
Fornecedores c/C		855.127,94	66.986,58
Acréscimos e Diferimentos	48		
Acréscimos de Custos		208.525,21	91.676,72
Proveitos Diferidos		5.845.021,05	4.567.814,12
Total do Passivo		6.943.856,70	4.753.498,03
Total Capital Próprio e Passivo		7.943.856,70	5.753.498,03

Demonstração das Variações Patrimoniais

Período findo a 31 de Dezembro de 2011

CUSTOS E PERDAS	Notas	Ano 2011	Ano 2010
Custo Mercadorias Vendidas	41	524.926,25	287.232,74
Fornecimentos e Serviços Externos	50	2.607.626,76	1.278.312,71
Custos com o Pessoal			
Remunerações		465.568,83	388.532,82
Encargos Sociais:		60.848,52	40.707,19
		526.417,35	429.240,01
Impostos		452.016,75	1.994,27
Outros Custos e Perdas Operacionais		17.956,93	500,00
	(A)	4.128.944,04	1.997.279,73
Juros e Custos Similares			
Outros	45	1.402,06	971,79
	(C)	4.130.346,10	1.998.251,52
Custos e Perdas Extraordinárias		0	0
	(E)	4.130.346,10	1.998.251,52
Imposto Sobre o Rendimento do Exercício		10.621,80	4.750,00
	(G)	4.140.967,90	2.003.001,52
Variação Patrimonial do Exercício		0	0
Total		4.140.967,90	2.003.001,52
PROVEITOS E GANHOS			
Vendas		250.460,90	183.780,56
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais			
Outros	48	3.781.288,07	1.706.920,38
	(B)	4.031.748,97	1.890.700,94
Outros Juros e Proveitos Similares			
Outros	45	109.218,93	112.300,58
	(D)	4.140.967,90	2.003.001,52
	(F)	4.140.967,90	2.003.001,52
RESUMO		2011	2010
Resultados Operacionais	(B)-(A)	(97.195,07)	(106.578,79)
Resultados Financeiros	(D-B)-(C-A)	107.816,87	111.328,79
Resultados Correntes	(D)-(C)	10.621,80	4.750,00
Resultados Antes Impostos	(F)-(E)	10.621,80	4.750,00
Resultado Líquido do Exercício	(F)-(G)	0,00	0,00

Demonstração dos Fluxos de Caixa (Método Directo)

Período findo a 31 de Dezembro de 2011

ACTIVIDADES OPERACIONAIS (1)	Ano 2011	Ano 2010
Recebimentos de Clientes	230.851,78	112.203,76
Pagamentos a Credores	(282.391,35)	(135.145,21)
Pagamentos a Pessoal	(298.160,97)	(296.919,99)
Impostos:	(278.531,68)	(192.383,14)
Retenção Impostos sobre o rendimento		
IRS Categoria A	(139.555,13)	(110.798,00)
IRS Categoria B	(63.897,43)	(27.095,70)
IRC Categoria E	(5.444,71)	(296,22)
Contribuições para a Segurança Social	(69.664,41)	(54.193,22)
Fluxos das Actividades Operacionais (1)	(628.262,22)	(512.244,58)
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO (2)		
Recebimentos provenientes de:		
Juros e Aplicações financeiras	73.028,01	112.300,58
Pagamentos respeitantes a:		
Projectos promovidos	(2.562.463,00)	(1.572.813,52)
Fluxos das Actividades de Investimento (2)	(2.489.434,99)	(189.350,96)
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO (3)		
Donativos	5.000.000,00	5.000.000,00
Fluxos das Actividades de Financiamento(3)	5.000.000,00	5.000.000,00
Varição Líquida de Caixa e seus Equivalentes (1+2+3)	1.882.302,79	3.024.242,48
Caixa e seus Equivalentes no Início do Período	5.424.893,18	2.397.650,71
Caixa e seus Equivalentes no Final do Período	7.307.195,97	5.424.893,18

ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	Ano 2011	Ano 2010
Numerário	2.824,97	2.411,56
Depósitos	4.280.114,67	152.481,62
Títulos Negociáveis	3.024.256,33	5.270.000,00
Disponibilidades constantes do balanço	7.307.195,97	5.424.893,18

Anexo ao Balanço e à Demonstração das Variações Patrimoniais

Período findo em 31 de Dezembro de 2011

(montantes expressos em Euros)

Nota Introdutória

A Fundação Francisco Manuel dos Santos, doravante designada por “Fundação”, é uma entidade de direito privado, de duração indeterminada, sem fins lucrativos criada pela sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, S.A. (Fundadora).

A Fundação foi reconhecida através do Despacho n.º 13591/2009, de 5 de Junho de 2009, e declarada pessoa colectiva de utilidade pública pelo Despacho n.º 5159/2010 de 12 de Março de 2010, ambos emitidos pelo Gabinete do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros.

O fim primordial da Fundação é o de promover e aprofundar o conhecimento da realidade portuguesa, procurando desse modo contribuir para o desenvolvimento da sociedade, para o reforço dos direitos dos cidadãos e melhoria das instituições públicas.

Neste âmbito, são desenvolvidos estudos em diversas áreas, com especial relevo para a demografia e população, condições sociais e económicas, desenvolvimento económico e social, saúde, educação, formação profissional, segurança social, Estado, instituições democráticas, entre outros.

As notas deste Anexo seguem a numeração prevista no antigo normativo contabilístico Decreto-Lei 410/89, de 21/11, na ausência de um normativo específico para fundações, sendo omissas aquelas que não são aplicáveis à Fundação ou cuja apresentação não seja relevante para a compreensão das demonstrações financeiras anexas.

A partir de 1 de Janeiro de 2012, a Fundação irá adoptar a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF ESNL).

2. Comparabilidade com o Exercício Anterior

A Fundação iniciou a sua actividade no decurso do exercício económico de 2009, pelo que os valores apresentados no ano de 2011 são directamente comparáveis com o ano anterior.

3. Bases de apresentação e Principais Critérios Valorimétricos

As demonstrações financeiras anexas, que compreendem o balanço, a demonstração das variações patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa, foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Fundação, mantidos em conformidade com o normativo contabilístico em vigor.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Aplicações Financeiras

Os fundos de tesouraria são registados ao custo de aquisição, sendo no final de cada exercício económico valorizada à cotação indicada pela entidade bancária.

b) Projectos Promovidos

Os valores dos “Projectos Promovidos”, nomeadamente “Pordata”, “Estudos” e “Conferências de Educação”, com excepção dos “Ensaaios” e “Anuário” que são inseridos na rubrica “Mercadorias” (Nota 21), são registados na rubrica de “Fornecimentos e serviços – Projectos Promovidos” como custos na demonstração das variações patrimoniais, no exercício em que os mesmos são executados, independentemente do exercício em que o desembolso foi ou venha a ser efectuado. Caso a atribuição dos projectos seja efectuada numa base plurianual, o respectivo custo é reconhecido no momento da sua colocação à disposição e em função da evolução e concretização das fases de cada projecto (Nota 49).

c) Acréscimos e Diferimentos

As despesas e receitas são registadas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual são reconhecidas, à medida que são geradas, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos.

d) Dotações de Fundadores

As dotações do Fundador são registadas no capital próprio na data da confirmação da sua atribuição, independentemente do seu recebimento efectivo (Nota 35 e Nota 40).

e) Donativos

As participações obtidas para fazer face às despesas com projectos e com o funcionamento da Fundação são contabilizadas na rubrica de “Donativos” e imputados a resultados na exacta medida das necessidades para cobrir os custos incorridos em cada exercício (Nota 48).

6. Impostos

A Fundação como pessoa colectiva de utilidade de pública encontra-se abrangida pela isenção contemplada na alínea c) do n.º 1 do artigo 10º do Código do IRC, conforme despacho da presidência do Conselho de Ministros, de 12 de Março de 2010.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social a partir de 2001). Deste modo, a declaração fiscal da entidade referente ao ano de 2011 poderá vir a ser sujeita a revisão, contudo é entendimento da Administração que eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades inspectivas não terão efeito significativo nas presentes demonstrações financeiras.

7. Número Médio de Pessoas ao Serviço da Entidade

A Fundação tem cinco pessoas dependentes ao seu serviço com as funções de Presidente do Conselho de Administração, Secretária da Administração, Directora de Comunicação e Marketing, Directora de Base de Dados e Coordenadora Administrativa de Projectos não permanentes.

17. Aplicações Financeiras

Em 31 de Dezembro de 2011, a carteira da Fundação relativa à rubrica “Aplicações Financeiras” era composta por:

	Quantidade	Valor de Cotação
Fundos de Tesouraria	4.559.547	3.024.256,33

21. Movimentos Ocorridos nas Rubricas de Activo Circulante (Existências)

O movimento ocorrido na rubrica de existências foi o seguinte:

RUBRICAS	Movimentos do Exercício			
	Saldo inicial	Aumento	Diminuições	Saldo final
Existências:				
Mercadorias – Ensaios	175.581,59	581.970,82	488.759,79	268.792,62
Mercadorias – Anuário ¹	0,00	129.211,80	49.091,07	80.120,73
Total	175.581,59	711.182,62	537.850,86	348.913,35

¹ O Anuário foi publicado em 29 de Novembro de 2012

O saldo final da rubrica Mercadorias – Ensaios compreende:

RUBRICAS	Saldo final
Mercadoria Fundação	180.303,61
Mercadoria à Consignação	88.489,01
Total	268.792,62

O saldo final da rubrica Mercadorias – Anuário compreende:

RUBRICAS	Saldo final
Mercadoria Fundação	80.011,15
Mercadoria à Consignação:	109,58
Total	80.120,73

35. Realização do Capital (Dotações)

A dotação de 1.000.000,00 euros foi totalmente realizada no exercício de 2009.

40. Variação nas Rubricas do Capital Próprio

O movimento ocorrido nas rubricas do capital próprio, durante o exercício foi o seguinte:

RUBRICAS	Movimentos do Exercício			
	Saldo inicial	Aumento	Diminuições	Saldo final
Dotação Fundador	1.000.000,00	0,00	0,00	1.000.000,00
Variação Patrimonial do Exercício	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	1.000.000,00	0,00	0,00	1.000.000,00

41. Demonstração do Custo das Mercadorias Vendidas

O custo das mercadorias vendidas, no montante de 524.926,25 foi apurado conforme se discrimina:

RUBRICAS – ENSAIOS	Movimentos do Exercício
	Mercadorias
Existências iniciais	175.581,59
Compras	569.046,21
Regularização de existências	0,00
Existências finais	(268.792,62)
Custos no exercício	475.835,18

RUBRICAS – ANUÁRIO	Movimentos do Exercício
	Mercadorias
Existências iniciais	0,00
Compras	129.211,80
Regularização de existências	0,00
Existências finais	(80.120,73)
Custos no exercício	49.091,07

43. Remunerações Atribuídas ao Conselho Científico e Cultural, Conselho de Curadores e Revisor Oficial de Contas

As remunerações atribuídas aos membros do Conselho Científico e Cultural, Conselho de Curadores e Revisor Oficial de Contas, durante o ano foram as seguintes:

	2011	2010
Conselho Científico e Cultural – Senha de Presença	4.046,50	3.500,00
Conselho de Curadores – Senha de Presença	34.500,00	22.500,00
Revisor Oficial de Contas	7.380,00	7.230,00
Total	45.926,50	33.230,00

45. Demonstrações dos Resultados Financeiros

O resultado financeiro do exercício tem a seguinte composição:

CUSTOS E PERDAS	2011	2010
Juros suportados	0,00	22,21
Out. custos e perdas financeiras	1.402,06	949,58
Resultados financeiros	107.816,87	111.328,79
Total	109.218,93	112.300,58
PROVEITOS E GANHOS		
Juros obtidos ²	73.028,01	112.087,78
Out. proveitos e ganhos financeiros	36.190,92	212,80
Total	109.218,93	112.300,58

² Nesta conta são relevados os proveitos com os juros obtidos nas aplicações de tesouraria, títulos negociáveis e depósitos bancários.

48. Acréscimos e Diferimentos

ACTIVOS	2011	2010
Juros a receber	8.264,66	34.414,16
Total	8.264,66	34.414,16
PASSIVOS		
Remunerações a liquidar	28.631,27	21.700,40
Outros acréscimos de custos	179.893,94	69.976,32
Donativos	5.845.021,05	4.567.814,12
Total	6.053.546,26	4.659.490,84

O valor da rubrica de “Juros a receber” corresponde aos juros relativos a obrigações, entretanto vencidas no presente exercício.

O montante de 28.631,27 euros, evidenciado na rubrica de “Remunerações a liquidar”, corresponde à responsabilidade com férias e subsídio de férias a pagar em 2012, vencidas no exercício de 2011.

Os outros acréscimos de custo incluem o montante de 179.893,94 euros relativo a custos acrescidos de projectos.

O montante relevado na rubrica de Diferimentos “Donativos” corresponde à parte das participações concedidas pelo Fundador ainda não aplicadas na actividade da Fundação (custos com projectos e custos de funcionamento). A afectação destas participações ao resultado do exercício será efectuada em função do valor exacto das despesas referidas, na medida em que não puderem ser custeadas pelos rendimentos financeiros. No presente exercício foi imputado ao resultado o montante de 3.781.288,07 Euros (rubrica “Outros Proveitos Operacionais”).

49. Projectos Promovidos

Até ao final do exercício, foram aprovados os seguintes projectos e imputados os respectivos custos, que abaixo se discriminam:

	Valores Aprovados (Projectos Anuais e Plurianuais)			Valores Gastos		
	2009/2010	2011	Total (1)	2009/2010	2011	Total (2)
Pordata	1.072.802,00	1.049.301,00	2.122.103,00	631.644,00	793.532,00	1.425.176,00
Ensaios	1.060.245,00	192.950,00	1.253.195,00	462.127,00	393.914,00	856.041,00
Estudos	2.002.000,00	756.991,00	2.758.991,00	247.093,00	821.863,00	1.068.956,00
Conferências	175.550,00	155.750,00	331.300,00	92.252,00	215.855,00	308.107,00
Outros Projectos	33.845,00	137.400,00	171.245,00	11.200,00	125.616,00	136.816,00
C. F. Comunicação		233.377,00	233.377,00		211.683,00	211.683,00
Total	4.344.442,00	2.525.769,00	6.870.211,00	1.444.316,00	2.562.463,00	4.006.779,00
Valor Cativo (1)-(2)						2.863.432,00

Os valores aprovados de Projectos Anuais e Plurianuais foram de € 4.344.442,00 nos dois primeiros exercícios (2009/2010) e de € 2.525.769,00 no exercício de 2011, o que totaliza, desde a criação da Fundação, o valor de € 6.870.211,00, do qual já foi pago € 4.006.779, acrescido de € 642.014,70, relativamente ao IVA suportado.

Na demonstração das variações patrimoniais os custos de todos os projectos, excepto os “Ensaios” e o “Anuário”, encontram-se classificados na rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos – Trabalhos

Especializados com o valor do IVA excluído. Os gastos dos “Ensaio” e do “Anuário” são contabilizados na rubrica “Mercadorias” e deduzido o IVA, por este ser liquidado na venda.

Para a verba a cativar, 2.863.432,00 euros, relativa aos projectos aprovados com Proposta de Desembolso de Capital (PDC) existem disponíveis 7.274.256,00 Euros, aplicados em obrigações e depósitos a prazo.

Valores Acumulados 2009 / 2010 / 2011

	Valor
Projectos aprovados com PDC	6.870.211,00
Valor já gasto	(4.006.779,00)
Verba a cativar	2.863.432,00
Disponibilidades a 31.12.2011	
Depósitos a Prazo	4.250.000,00
Aplicações Financeiras	3.024.256,00
	7.274.256,00

50. Fornecimentos e Serviços Externos

Esta rubrica decompõe-se da seguinte forma:

Designação	Valor
Trabalhos Especializados:	
Projectos Promovidos	2.114.046,06
Assessoria Jurídica	17.160,00
Assessoria Contabilística	10.080,00
Revisão de contas	6.000,00
Rendas e Alugueres	29.320,09
Deslocação e Estadas	12.323,59
Despesas de Representação	15.290,17
Conselho Científico e Conselhos Editoriais – Honorários	187.088,33
Pessoal – Formação e Acompanhamento – Honorários	183.033,51
Comunicação	7.591,26
Livros Documentação Técnica e Material Escritório	7.584,90
Ofertas	17.679,07
Outras Rubricas	429,78
Total	2.607.626,76

Certificação das Contas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da **Fundação Francisco Manuel dos Santos**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2011, (que evidencia um total de 7.943.856,70 Euros e um total de capital próprio de 1.000.000,00 Euros, incluindo uma variação patrimonial nula), a Demonstração das variações patrimoniais e o correspondente Anexo do exercício findo nessa data.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Fundação, a variação patrimonial, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião sobre aquelas demonstrações financeiras.

Opinião

6. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **Fundação Francisco Manuel dos Santos**, em 31 de Dezembro de 2011, e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios e práticas contabilísticas geralmente aceites em Portugal.

Lisboa, 9 de Março de 2012

AUREN Auditores & Associados, SROC, S.A.

Representada por:


Victor Manuel Leitão Ladeiro R.O.C. (n.º 651)

AUREN AUDITORES

**Relatório e Parecer
do
Conselho Fiscal**

Ao Conselho de Curadores

No cumprimento das disposições estatutárias, vimos, no exercício das nossas competências, apresentar o relatório sobre a acção fiscalizadora que efectuámos e dar o Parecer sobre os documentos de prestação de contas apresentados pelo Conselho de Administração da **Fundação Francisco Manuel dos Santos** (doravante designada por Fundação), relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011.

Acompanhámos o desenvolvimento da actividade da Fundação procedendo à verificação dos registos contabilísticos e documentos de suporte, tendo sempre obtido da Administração, os esclarecimentos, as informações e os documentos solicitados.

Verificámos que as demonstrações financeiras, incluídas no conjunto dos documentos de prestação de contas, foram preparadas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e obedeceram aos preceitos legais adoptados, exprimindo dessa forma a correcta situação patrimonial da Fundação.

Analisámos, também, o relatório do Conselho de Administração, que relata os aspectos mais significativos das actividades e acções que foram e serão desenvolvidas pela Fundação.

Ressalvamos que o Parecer deste Conselho Fiscal está suportado na opinião emitida (que anexamos) sobre as demonstrações financeiras supra referidas pelo vogal AUREN Auditores & Associados, SROC, S.A., em resultado da incumbência que lhe foi atribuída face às competências técnicas que detém.

Face ao exposto, damos o nosso Parecer no sentido de que sejam aprovados o Relatório de actividades emitido pelo Conselho de Administração e as contas referentes ao exercício findo a 31 de Dezembro de 2011.

Lisboa, 12 de Março de 2012

O CONSELHO FISCAL



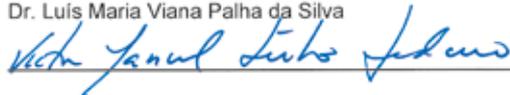
Presidente

Dr. José Luís Nogueira de Brito



Vogal

Dr. Luís Maria Viana Palha da Silva



Vogal

AUREN Auditores & Associados, S.R.O.C., S.A.

Representada por: Dr. Victor Manuel Leitão Ladeiro (R.O.C. n.º 651)

Fundação Francisco Manuel dos Santos

Conselho de Curadores

Transcrição da Acta da reunião de 26 de Março de 2012

“Ponto 1:

Deliberar sobre o Relatório e Contas e Actividades de 2011.

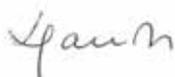
Apresentação pelo Conselho de Administração.

Discussão e aprovação.

Tomou a palavra o Senhor Presidente do Conselho de Administração para efeito de proceder a uma análise geral do relatório de actividades da Fundação e dos demais documentos de prestação de contas relativos ao ano de 2011, após o que passou a palavra ao Administrador Dr. José Soares dos Santos o qual, após esclarecer que os documentos em causa haviam tido o parecer favorável e a aprovação do Conselho Fiscal, procedeu a uma análise mais detalhada dos mesmos e esclareceu as questões que, quanto a esta matérias, os presentes foram colocando.

Foram então submetidos à votação do Conselho de Curadores o relatório de actividades e as contas do exercício de 2011, tendo sido proposto um voto de louvor pelo Senhor Curador Manuel Braga da Cruz. Posta a votação, foram as referidas propostas aprovadas por unanimidade.”

Lisboa, 26 de Março de 2012



**O Presidente do Conselho de Curadores,
Alexandre Soares dos Santos**

